Conceição Andrade Martins*

Análise Social, vol. XXXII (142), 1997 (3.º), 483-535

Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913)**

INTRODUÇÃO

Apesar de em 1913 Portugal continuar «afundado no atraso económico» e se encontrar em pior situação do que cinquenta anos antes, não só porque tinha o rendimento *per capita* mais baixo da Europa ocidental[1], mas também porque, a preços constantes, o mesmo baixara nesse período relativamente à média dos países desenvolvidos[2], Pedro Lains atribuiu à economia portuguesa dos anos 1850-1913 uma «nota de bom comportamento»[3]. Dada a situação atrás descrita e que, aliás, este autor não refuta, tal afirmação poderia ser encarada como uma provocação, não fossem os pressupostos em que assenta

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

** O presente artigo é o desenvolvimento de duas comunicações: uma, «Rural wages in Portugal during the second half of the 19th century», apresentada em Junho de 1993, em Bellagio, na pré-conferência preparatória do 11.º Congresso Internacional de História Económica; a outra, «Working and living in Portugal: wages and living standard 1850-1913», apresentada em Setembro de 1994, em Milão, ao 11.º Congresso Internacional de História Económica.

[1] O rendimento *per capita* português rondaria então os 659 dólares (ou 908 dólares, segundo Clark), o que era menos de metade do espanhol, italiano e alemão (v. Pedro Lains, *A Economia Portuguesa no Século XIX*, Lisboa, 1995, quadro n.º 1.2 p. 32.

[2] Entre 1870 e 1913 a taxa de crescimento do rendimento *per capita* foi de 0,8% em Portugal e na Bélgica, 1% no Reino Unido e na Holanda, 1,3% na França e na Itália e 1,4% na Espanha [v. Pedro Lains, *ibid.*, e Jaime Reis, «O atraso económico português em perspectiva histórica (1860-1913)», in *Análise Social*, vol. XX (80), Lisboa, 1984, p. 25].

[3] Pedro Lains, «A economia portuguesa, 1851-1913: uma nota de bom comportamento», *working paper* apresentado ao *workshop* de história do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa em Maio de 1993.

e o objectivo com que, cremos, foi produzida — dar uma perspectiva positiva do crescimento económico deste período que contrastasse com a imagem «fatalista» subjacente à apreciação de que, «se em 1900 Portugal estava afundado no atraso económico, dificilmente a situação poderia ter sido outra»[4]. Nesse sentido, Pedro Lains parte do pressuposto de que, quer o crescimento do produto agrícola e industrial, quer o do rendimento *per capita,* se mostraram adequados às «reais possibilidades» de crescimento da economia portuguesa daqueles anos para defender que, se em 1850 o ponto de partida era baixo, não seria de esperar nem mais nem melhor e que, portanto, se fez o que era possível, merece uma boa nota[5].

Mas vejamos como se caracterizou o crescimento económico português dos anos 1850 a 1913. O produto agrícola cresceu 0,9% ao ano, o produto industrial 2,9 %, a população 0,8%, o produto interno bruto 1,5% e o rendimento *per capita* 0,8%[6]. No entanto, não só o ritmo de crescimento foi desigual ao longo deste período, registando-se uma nítida desaceleração a partir de finais da década de 1880 e uma recessão nos anos 1890[7], como a maioria dos estudos mostra que o crescimento então verificado foi essencialmente extensivo e não resultou, como noutros países, de um aumento significativo do rendimento do capital e da produtividade do trabalho, mas sim do aumento da força de trabalho, factor produtivo de que dispúnhamos em abundância e a baixo preço[8]. E, assim, segundo o modelo de Bairoch, Por-

[4] Jaime Reis, *O Atraso Económico Português em Perspectiva Histórica: Estudos sobre a Economia Portuguesa na Segunda Metade do Século XIX 1850-1930,* Lisboa, 1993, p. 29.

[5] Pedro Lains, «A economia portuguesa, 1851-1913: uma nota de bom comportamento», cit.

[6] Jaime Reis, «A produção industrial portuguesa, 1870-1914: estimativa de um índice», in *Análise Social,* vol. XXII (94), Lisboa, 1986, e «A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913», in *Análise Social,* vol. XXIII (96), Lisboa, 1987; David Justino, «A evolução do produto nacional bruto em Portugal, 1850-1910 — algumas estimativas provisórias», in *Análise Social,* vol. XXIII (97), Lisboa, 1987; Pedro Lains, *A Evolução da Agricultura e da Indústria em Portugal (1850-1913). Uma Interpretação Quantitativa,* Lisboa, Banco de Portugal, 1990, e *A Economia Portuguesa no Século XIX,* cit.

[7] Patente em praticamente todos os indicadores. V. Pedro Lains, *A Evolução da Agricultura...,* cit., e a *Economia Portuguesa...,* cit., Jaime Reis, «A produção industrial portuguesa...», *ob. cit.,* e Ana Bela Nunes, Eugénia Mata e Nuno Valério, «Portuguese economic growth, 1833-1985», in *Journal of European Economic History,* vol. 18, n.º 2, 1989.

[8] No sector agrícola o aumento da produção tem sido atribuído maioritariamente ao alargamento da área cultivada, que para as duas últimas décadas do século XIX foi estimado em 24% para a cultura de cereais e 53% para a cultura da vinha (num estudo recentemente concluído, «Vinha, vinho e a política vinícola em Portugal. Do pombalismo à regeneração», mostramos que este último valor é excessivo e terá de ser reavaliado). No sector industrial o valor acrescentado por trabalhador aumentou apenas cerca de 43% entre 1850 e 1913. Relativamente ao contributo do factor capital, este foi calculado em 4% a 8%, enquanto na Inglaterra terá sido de 28%. Sobre este assunto, v. David Justino, *A Formação do Espaço Económico Nacional. Portugal 1810-1913,* Lisboa, 2 vols., 199, Eugénia Mata e Nuno Valério, *História Económica de Portugal. Uma Perspectiva Global,* Lisboa, 1993, Helder

tugal cresceu, empobrecendo[9]. Para um país «retardatário», como era o nosso, o ritmo de crescimento do sector mais dinâmico da economia portuguesa, o industrial, embora tenha sido muito superior ao do sector agrícola e comparativamente mais elevado do que o então verificado nos países mais industrializados (Inglaterra, França, Itália e Espanha), não foi, mesmo assim, nem suficientemente rápido nem regular para colmatar o atraso inicial, e em finais do século XIX a proporção entre produção agrícola e industrial era, aproximadamente, de 2 para 1[10] e a agricultura mantinha-se a principal actividade económica. Assim, se em 1850 o sector primário concentrava 75% da população activa (masculina), o secundário 10% e o terciário 17%, sessenta anos mais tarde a agricultura ainda ocupava 61% dos activos e a indústria e os serviços, respectivamente, 22% e 17%[11], o que fazia de Portugal um país essencialmente agrícola e rural (em 1910 somente 17% da população viviam em centros urbanos com mais de 5000 habitantes, enquanto na Europa a taxa de urbanismo rondava os 36%)[12].

Não obstante, é inegável que o processo de modernização e desenvolvimento económico que o país conheceu na sequência da política desenvolvimentista encetada pela Regeneração contribuiu para que se alargasse consideravelmente o mercado de trabalho e melhorassem (na generalidade) as condições de vida da população portuguesa durante este período. E são estas precisamente que se pretendem analisar neste artigo a partir do comportamento de uma das suas principais componentes — os salários.

Adegar Fonseca, *O Alentejo no Século XIX. Economia e Atitudes Económicas,* Lisboa, 1996, Jaime Reis, «A produção industrial portuguesa, 1870-1914», *ob. cit.,* e *O Atraso Económico Português...,* cit., Manuel Villaverde Cabral, *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX,* Lisboa, 1977, Miriam Halpern Pereira, *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico,* Lisboa (2.ª ed.), 1983, Pedro Lains, *A Evolução da Agricultura e da Indústria em Portugal,* cit., e *A Economia Portuguesa no Século XIX,* cit.

[9] Sobre os modelos de crescimento empobrecedor definidos por P. Bairoch para os países da Europa continental, v. J. Foreman-Peck, *Historia de la Economia Mundial,* Barcelona, 1985.

[10] V. Jaime Reis, «A produção industrial portuguesa...», *ob. cit.,* e «A industrialização num país de desenvolvimento lento...», *ob. cit.*

[11] António José Telo, *O Sidonismo e o Movimento Operário Português. Luta de Classes em Portugal, 1917-1919,* Lisboa, 1977, p. 18, apresenta valores ligeiramente inferiores. Sobre este assunto, v. Ana Bela Nunes, «A população activa portuguesa segundo o recenseamento de 1981: uma análise preliminar», in *Revista de História Económica e Social,* n.º 14, Lisboa, 1984, Jaime Reis, *O Atraso Económico Português....,* cit., e Pedro Lains, *A Evolução da Agricultura...,* cit.

[12] O processo de desenvolvimento foi muito idêntico em Espanha, onde, em 1877, o sector primário empregava 70% da mão-de-obra, o secundário 12,7% e o terciário 17,2% e o sector agrícola cresceu e se manteve majoritário até ao final do século. V. Álvaro Soto Carmona, «La evolución salarial en el primer tercio del siglo XX: en busca de una perspectiva comparada. Los Estados Unidos, Francia y España», in *Historia Social,* n.º 13, 1992, p. 65.

É um lugar-comum falar da fraca qualidade das estatísticas disponíveis para este período, particularmente das relativas a salários, preços e consumos, tanto mais que, frequentemente, são os próprios organismos que as produzem os primeiros a queixarem-se da falta de credibilidade das mesmas. Em 1911 Simão de Martel relata as dificuldades que teve em 1904 um organismo oficial (a Repartição do Trabalho Industrial) para conseguir informações sobre os preços correntes dos principais géneros, muitos dos quais, provavelmente, teriam mesmo sido «forjados *ad hoc*» sobre a secretária dos funcionários, e chama a atenção para a pouca consistência dos mesmos, uma vez que se trata de valores médios, que se encontram «fatalmente» falseados e nada representam em virtude das acentuadas variações que se registam a nível nacional[13]. E o mesmo sucede com os salários. Por um lado, porque os dados oficiais, sobretudo os oriundos dos governos civis, se reportam geralmente aos salários «mais comuns» (modais?) praticados nos diferentes concelhos e apenas distinguem duas categorias — trabalhadores rurais (jornaleiros) e trabalhadores artesanais (artistas ou trabalhadores mecânicos). E, por outro lado, porque nos salários também se registavam fortes oscilações não só a nível regional, mas também local e para as mesmas tarefas. Assim, em 1890 os salários dos tecelões das fábricas de fiação e tecelagem de lã da Covilhã oscilavam entre um mínimo de 280 réis/dia e um máximo de 800 réis/dia[14] os salários da monda de arroz na Herdade de Palma entre os 120 réis/dia e os 440 réis/dia[15] e o salário médio diário da poda nas quintas de Vila Real entre os 139 réis na Quinta de Mateus e os 185 réis nas Vinhas de Sabrosa[16]. Segundo o *Inquérito Industrial de 1881,* a diferença salarial entre os operários de Lisboa e de Vila Real era de quase 3 para 1[17]; os oficiais de composição das tipografias de Lisboa ganhavam, em 1910, entre 500 réis e 1800 réis e os do Porto entre 400 e 800 réis[18]; em 1911 os sindicatos agrícolas reivindicaram para os homens salários de 500 réis/dia em Vendas Novas, 450 réis em Montemor, 400 réis em Cabrela, Arraiolos e Vila de Frades, 350 réis em Benavente, 300 réis no

[13] Simão de Martel, «A alimentação das classes pobres e suas relações com o trabalho», in *Boletim do Trabalho Industrial,* n.º 44, Lisboa, 1911. No mapa que publica (p. 26) estão bem patentes estas oscilações regionais dos preços. Assim, por exemplo, em 1904-1905 o preço da batata variava entre 15 réis/kg em Sernancelhe, 26,6 réis em Lisboa e 70 réis em Mora, o preço do bacalhau entre 180 réis/kg em Ovar, 240 réis em Lisboa e 300 réis em Mora, o preço do azeite entre 100 réis/litro em Mora, 300 réis em Lisboa e 400 réis em Arouca e o preço do feijão entre 30 réis em Monforte, 50 réis em Lisboa e 120 réis em Viana do Alentejo.

[14] *Inquérito Industrial de 1890,* Lisboa, 1891.

[15] *Livro de despesas* da Herdade de Palma dos anos agrícolas de 1889-1890 e 1890-1891, arquivo da Sociedade Agrícola da Herdade de Palma.

[16] *Lista de salários* das Quintas do Barreiro, da Cumieira, de Mateus e das Vinhas de Sabrosa do ano de 1890, arquivo da Casa de Mateus.

[17] Considerando os salários médios, máximos e mínimos.

[18] José Barreto, «Os tipógrafos e o despoletar da contratação colectiva em Portugal (II)», in *Análise Social,* vol. XVIII (70), Lisboa, 1982.

Torrão, Almeirim, Coruche e Golegã, 240 réis em Santarém e 200 réis em Elvas[19].

Para além das discrepâncias salariais que à partida condicionam e dificultam os estudos sobre o trabalho em Portugal, também raramente se dispõe de indicações precisas quer sobre o número de dias de trabalho, quer sobre o peso relativo e correspondente remuneração diária do trabalho pago à tarefa, por empreitada ou doméstico (no caso da indústria). Ora em muitas fábricas uma parte (nalguns casos substancial) dos trabalhos era paga à peça ou à tarefa e, portanto, os operários não tinham um salário fixo, como era o caso na fábrica de porcelana da Vista Alegre, que pagava à peça e «por preços variáveis, conforme as peças, desenhos, etc.», os oficiais de porcelana e de formas, os gazeteiros, os polidores, os pintores, os filadores, os litógrafos, os estampadores e os amassadores[20], ou na fábrica de cortiça de Castelo Branco, relativamente aos raspadores (15 réis por 15 kg), cozedores (70 réis por caldeirada), quadradores (140 réis por mil quadros) e rolheiros (200 réis ou 40 réis por milheiro, consoante o fabrico fosse manual ou mecânico)[21]. Na fábrica de lanifícios Lusitânia (ao Campo Grande), por volta de 1850, trabalhavam nas suas instalações 150 operários e ao domicílio mais 450[22] e na fábrica de cortiça de Castelo Branco a proporção destes era de 63%[23]. Calcula-se, aliás, que na indústria têxtil o *domestic system* envolvesse um número de trabalhadores femininos e infantis próximo ou mesmo superior ao dos efectivos a tempo total ou parcial. E o mesmo acontecia no sector agrícola, onde tanto para tarefas marcadamente sazonais (ceifas, debulhas, vindimas ou apanha de azeitona) como para os trabalhos de limpeza de terra, plantio de bacelos, abertura de valas, drenagem de pântanos ou construção de açudes, muros, terraços, etc., as grandes explorações recorriam frequentemente ao trabalho de empreitada. Nas Herdades de Palma, Rio Frio e Barroca de Alva grande parte destes trabalhos eram executados por ranchos de beirões que aqui permaneciam sete a oito meses por ano (regra geral, de Novembro a Junho).

Relativamente ao consumo também se mostra problemático não só estabelecer um padrão nacional, como generalizá-lo a todo o país, uma vez que se verificam disparidades significativas tanto a nível regional como entre a cidade e os campos e em função da situação sócio-económica dos agregados

---

[19] Fernando Emygdio da Silva, *As Greves*, Coimbra, 1912.

[20] Aníbal Gomes Ferreira Cabido, «Chorographia do concelho de Ílhavo — monografia estatística», in *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 56, Lisboa, 1911.

[21] Gregório Pinto Junior, «Chorographia industrial do concelho de Castelo Branco», in *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 63, Lisboa, 1911.

[22] Na sua maioria seguramente mulheres [cf. Fernando António Almeida, *Operários de Lisboa na Vila e no Teatro (1845-1870)*, Lisboa, 1993, p. 82].

[23] Gregório Pinto Junior, «Chorographia industrial do concelho de Castelo Branco», cit.

familiares[24]. No Sul consumia-se preferencialmente trigo, no litoral milho e no interior centeio. Nas cidades comia-se mais carne, leite e ovos do que no campo[25]. As classes abastadas tinham uma alimentação mais rica e variada do que as classes operárias. E as despesas com renda de casa, transportes e combustível pesavam mais nos orçamentos das famílias urbanas, sobretudo nas das grandes cidades (Lisboa e Porto)[26].

Nos últimos anos David Justino, Carlos Pimenta, Ana Bela Nunes, Maria Eugénia Mata e Nuno Valério publicaram índices de preços, salários e custo de vida para o período de 1850 a 1913[27], mas, enquanto as séries disponíveis para os preços permitem conferir àquele índice uma «elevada representatividade espacial», o mesmo já não sucede com o dos salários e, de certo modo também, com o do custo de vida, porque o primeiro foi construído a partir de séries que abarcam relativamente poucas actividades e não contemplam algumas das mais representativas, como é o caso, para o sector industrial, dos têxteis e dos tabacos[28], e o índice do custo de vida assenta numa composição do cabaz de compras que é difícil de estabelecer, dado que os padrões de consumo se alteraram gradualmente durante a segunda metade do século XIX e variavam consideravelmente no espaço nacional[29].

As séries de salários agrícolas utilizadas neste artigo provêm essencialmente de arquivos privados, o que nos permitiu alargar as já publicadas por David Justino. Já no que respeita aos salários industriais, recorremos fundamentalmente às séries de David Justino e do *Boletim do Trabalho Industrial*. A lista dos salários utilizados neste artigo encontra-se em anexo (anexos 2 a 4).

---

[24] V. o que a este respeito diz João Ignácio Ferreira Lapa, *Relatório da Direcção-Geral do Commércio e Indústria acerca dos Serviços Dependentes da Repartição de Agricultura desde a Sua Fundação até 1870,* Lisboa, 1873.

[25] Por volta de 1850 Lisboa e o Porto consumiam cerca de um quarto da carne comercializada, mas a quota por habitante no Porto era bastante superior à de Lisboa, respectivamente 35,1 kg/hab e 24,8 kg/hab (David Justino, *A Formação do Espaço Económico Nacional...,* cit., vol. I, pp. 148-149).

[26] V. «Inquérito às condições da vida económica do operariado português», in *Boletim da Previdência Social,* ano I, n.º 2, Janeiro a Março de 1917.

[27] David Justino, *A Formação do Espaço Económiço Nacional...,* cit., e *Preços e Salários em Portugal (1850-1912),* Lisboa, Banco de Portugal, 1990; Carlos Pimenta, *Salários e Preços do Século XIX — Análise Económica,* Coimbra, 1983; Ana Bela Nunes, Eugénia Mata e Nuno Valério, «Portuguese economic growth, 1833-1985», in *Journal of European Economic History,* vol. 18, n.º 2, 1989; Maria Eugénia Mata, *As Finanças Públicas Portuguesas da Regeneração à Primeira Guerra Mundial,* Lisboa, Banco de Portugal, 1993.

[28] As principais séries de salários foram publicadas por Justino, *Preços e Salários em Portugal,* cit., Jaime Reis, «A 'lei da fome': as origens do proteccionismo cerealífero (1888-1914)», in *Análise Social,* vol. XV (60), Lisboa, 1974, Carlos Pimenta, *Salários e Preços do Século XIX,* cit., Paulo Guimarães, *Indústria, Mineiros e Sindicatos,* «Estudos e Documentos», ICS, n.º 19, Lisboa, 1989, João Lourenço Roque, *Classes Populares no Distrito de Coimbra no Século XIX (1830--1870). Contributo para o Seu Estudo,* dissertação de doutoramento, Coimbra, 1982, e Joaquim de Oliveira da Silva Bernardes, *Leiria no Século XIX — Aspectos Económicos,* Leiria, 1981.

[29] Na segunda metade do século XIX aumentou a procura de batata, ovos e carne.

MERCADO DE TRABALHO

Se é difícil avaliar o alargamento do mercado de trabalho nalguns sectores, nomeadamente no agrícola, no comercial e no dos serviços, para outros, como o industrial e as obras públicas, dispomos de alguns indicadores.

Na indústria fabril, o número de postos de trabalho terá aumentado, no mínimo, mais de 400% entre 1852 e 1910 (passou de 16 594 para 89 238), mas o maior crescimento ter-se-á verificado a partir da década de 1870, porque o sector atravessou dificuldades entre 1855 e 1870 e só a partir de então conheceu um novo surto[30]. Em 1881 o operariado fabril aumentou cerca de 40% relativamente a 1852 e em 1910 quase quadruplicou relativamente a 1881. As décadas de 1870 a 1890 parecem, contudo, as mais expansivas, já que entre 1890 e 1910 a população industrial activa só aumentou 21,5% e em vários distritos a percentagem por mil habitantes diminuiu mesmo neste período[31].

Os principais pólos industriais do país eram Lisboa e Porto, seguidos de longe pela Covilhã, Braga, Aveiro, Portalegre e Tomar, mas o mercado industrial que se mostrou mais dinâmico foi o de Lisboa, que, comparativamente com o Porto, dispunha de indústrias mais diversificadas e de unidades fabris de maiores dimensões. De facto, entre 1852 e 1890 o operariado industrial de Lisboa mais do que triplicou, enquanto o do Porto duplicou, e entre 1890 e 1910 a população industrial activa de Lisboa aumentou 53% e a do Porto apenas 13%.

A indústria têxtil manteve-se, ao longo deste período, a principal empregadora de mão-de-obra: em 1852, 61% do operariado industrial trabalhavam neste sector e em 1911, embora a sua quota tivesse baixado para 37%, ainda conservava a primeira posição. Seguiam-se-lhe os tabacos, a cerâmica, a chapelaria, a metalurgia e, a partir de finais do século, as conservas e a cortiça. Note-se, contudo, que tanto na indústria têxtil como na de vestuário e calçado e noutras é muito difícil avaliar quer o trabalho ao domicílio, quer em pequenas unidades oficinais, que se sabe ter representado, nalguns casos, mais de metade da produção e envolver sobretudo mulheres e menores.

---

[30] Em 1852 o número de trabalhadores industriais era superior porque no *inquérito industrial* desse ano praticamente só foram considerados os estabelecimentos com mais de 10 operários. Para 1890 e para 1910 os dados provêm de José de Oliveira Simões, «Escorço dalguns aspectos da indústria fabril portuguesa», in *Boletim do Trabalho Industrial,* n.º 83, Lisboa, 1913, e também estão subavaliados porque faltam algumas indústrias e não existem referências precisas sobre as indústrias oficinais e domiciliárias. Sobre as incorrecções dos dados estatísticos, v. António José Telo, *O Sidonismo e o Movimento Operário Português. Luta de Classes em Portugal, 1917-1919,* Lisboa, 1977.

[31] No Porto passou de 202‰ em 1890 para 186‰ em 1911 (decresceu 8%), em Aveiro de 115‰ para 103‰ (–10%), em Coimbra de 95‰ para 85‰ (–11%), em Viseu de 72‰ para 63‰ (–13%), na Guarda de 89‰ para 69‰ (–22%) e em Castelo Branco de 114‰ para 47‰ (–59%) (J. Andrade Saraiva, «Distribuição das profissões nos diferentes distritos segundo os censos de 1890 e1911», in *Boletim da Previdência Social,* ano I, n.º 2, Janeiro-Março de 1917).

O número destes trabalhadores encontra-se, aliás, sempre subavaliado, como pode ver-se, por exemplo, no *Inquérito Industrial de 1881*. Nas indústrias fabril, oficinal e domiciliária trabalhariam então 5994 menores (6,5% dos operários industriais) e 11 501 mulheres (12,6%), o que parece manifestamente incorrecto, sobretudo se tivermos em conta os números apresentados para o trabalho ao domicílio: 249 menores (nas indústrias de construção de alvenaria e de vestuário) e 2967 mulheres (7,1% destes trabalhadores)[32]. Contudo, se incluirmos neste grupo os 30 990 «trabalhadores indiferenciados» recenseados no inquérito, embora os quantitativos globais ainda possam estar subavaliados, o peso do trabalho juvenil e feminino na indústria domiciliária (75,8%) parece mais concordante com a realidade da época.

Mas, se o alargamento do mercado de trabalho industrial foi seguramente superior ao que indicam os números oficiais, ele foi também mais irregular e susceptível de bruscas retracções e oscilações, que tanto podiam incidir sobre o horário de trabalho como sobre o número de efectivos. Era o que sucedia com bastante frequência numa das indústrias que mais se desenvolveram neste período, a de conservas de peixe, que, por falta ou escassez de matéria-prima, despedia temporariamente parte dos seus trabalhadores e/ou reduzia o seu horário de trabalho. E o mesmo ocorria pontualmente noutras indústrias, nomeadamente na têxtil, quando atravessavam situações de escassez de matérias-primas, como nos anos 1860, ou de falta de mercado, como em 1908, em que, na sequência do *crack* norte-americano, as fábricas de Covilhã reduziram os dias de trabalho para 3 a 4 por semana.

O grande incremento dado às obras públicas a partir da década de 1850 criou também novas oportunidades de trabalho e envolveu um número de trabalhadores que em 1854 era já considerado muito superior ao desejável (6000 operários para cerca de 53 km de estradas em construção) e potencialmente nefasto para a economia nacional. Temia-se então que o governo, «tendo só em vista o interesse de fazer estradas com mais rapidez», pagasse a mão-de-obra «por um preço exorbitante» e não tivesse em conta a «época em que tais trabalhos podem ser feitos sem prejuízo da agricultura», estimulando com tal atitude o «encarecimento do custo das estradas e dos trabalhos

[32] E o mesmo sucede relativamente à distribuição por sectores do trabalho de menores e de mulheres, onde a proporção poderá ser aceitável, mas não os montantes. Em primeiro lugar, surgia a indústria textil, com 87,8% de mão-de-obra feminina e infantil, em segundo lugar, os tabacos, com 71%, e, em terceiro lugar, o vestuário, com 43%. Três décadas depois, em 1910-1911, o número de menores e de mulheres na indústria fabril aumentara, respectivamente, 340% e 537%, e representava 17,8% e 38% deste operariado, e o seu peso era dominante nas indústrias de cordoaria (77%), conservas (65,5%), alimentação (63%), têxtil (60,5%), tabacos (57,4%) e chapelaria e camisaria (55,4%). A maior proporção de jovens encontrava-se nas indústrias vidreira (22%), têxtil (18,7%), metalúrgica (14,7%) e cerâmica (14,5%) (José de Oliveira Simões, «Escorço dalguns aspectos da indústria fabril portuguesa», *ob. cit.*).

agrícolas»[33]. Mas os salários pagos na época a estes trabalhadores eram bastante baixos: 100 réis/dia aos operários que trabalhavam na construção e conservação das estradas (serventes), 200 réis/dia aos fiscais e 270 réis/dia aos cantoneiros[34]. Assim, o que se receava era que as obras públicas retirassem mão-de-obra dos campos e que tal provocasse uma subida dos salários, o que, de facto, viria a acontecer, já que os salários agrícolas subiram mais de 50% entre meados da década de 1850 e 1863-1864. Mas vejamos como se comportou este mercado de trabalho (quadro n.º 1).

[QUADRO N.º 1]

Rede rodoviária					Rede ferroviária			
Anos	Extensão da rede (quilómetros)	Número de trabalhadores na conservação (0,6/km)	Quilómetros construídos	Número de trabalhadores na construção (100/km)	Anos	Extensão da rede (quilómetros)	Quilómetros construídos	Número de trabalhadores na construção (50/km)
1850-1855	476	1 015	476	47 560	1850-1855	–	–	–
Média . .	282	169	79	7 927	Média . .	–	–	–
1856-1859	1 083	2 087	607	60 710	1856-1859	69	69	3 450
Média . .	870	522	152	15 178	Média .	56	17	863
1860-1869	2 888	11 796	1 806	180 560	1860-1869	719	650	32 500
Média . .	1 966	1 180	181	18 056	Média . .	509	65	3 250
1870-1879	4 567	22 950	1 679	167 900	1870-1879	1 099	380	19 000
Média . .	3 825	2 295	168	16 790	Média . .	893	38	1 900
1880-1889	7 960	33 979	1 129	112 930	1880-1889	1 998	899	44 950
Média . .	5 663	3 398	125	12 548	Média . .	1 540	90	4 495
1890-1899	10 431	57 073	2 471	247 100	1890-1899	2 362	364	18 200
Média . .	9 512	5 707	247	24 710	Média . .	2 306	36	1 820
1900-1907	11 754	52 773	1 323	132 330	1900-1909	2 867	505	25 250
Média . .	10 994	6 597	165	16 541	Média . .	2 552	51	2 525
1850-1907	11 754	181 674	11 754	1 175 400	1850-1910	2 898	2 898	144 900
Média . .	5 221	3 132	203	20 266	Média . .	1 475	53	2 635

Fonte: Maria Fernanda Alegria, *A Organização dos Transportes em Portugal (1850-1910). As Vias e o Tráfego,* Lisboa, 1990.

Entre 1850 e 1910 construíram-se cerca de 15 000 km de estradas e 2900 km de linhas de caminho de ferro, o que equivale a um ritmo médio de construção de, respectivamente, 246 km/ano e 53 km/ano. Calcula-se que nas obras públicas (construção da rede ferroviária e melhoramento, extensão e

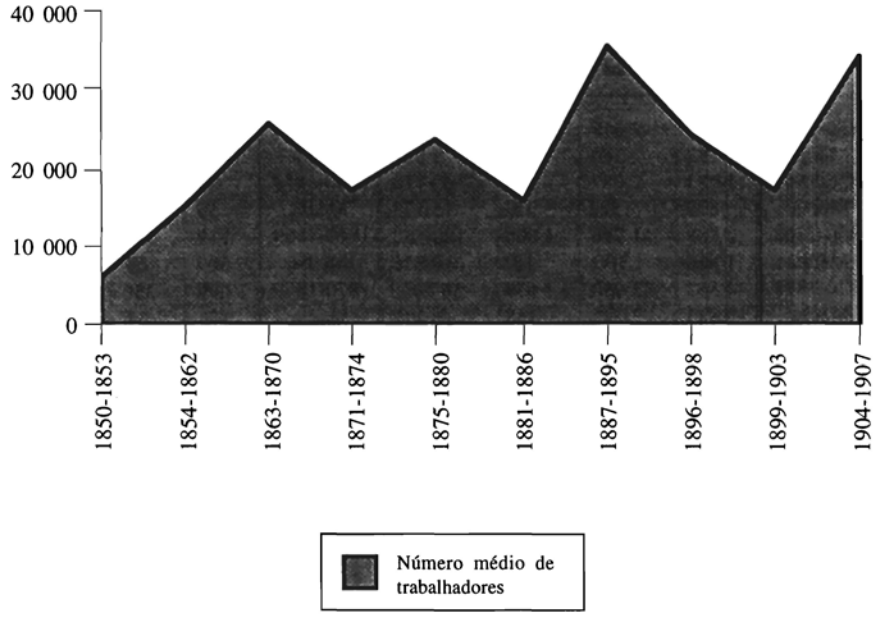
[33] *Diário da Câmara dos Deputados,* Julho de 1854, cit. *in* Maria Fernanda Alegria, *A Organização dos Transportes em Portugal (1850-1910). As Vias e o Tráfego,* Lisboa, 1990.

[34] Valores indicados pelo *Boletim do Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria,* n.º 6, Lisboa, 1954. V. também Manuel Villaverde Cabral, *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX,* Lisboa, 2.ª ed., 1977, p. 191.

conservação da rede viária) terão trabalhado, em média, anualmente, entre 1850 e 1910 cerca de 30 000 trabalhadores: 24 600/ano na construção de estradas, 3100/ano na conservação das mesmas e 2600/ano na construção do caminho de ferro[35], mas, como o ritmo de construção, sobretudo do caminho de ferro, esteve muito dependente das disponibilidades financeiras do Estado, particularmente dos empréstimos externos, e também dos interesses político-económicos em torno da definição dos trajectos prioritários, alternaram as fases de maior intensificação das obras públicas e, portanto, de maior requisição de mão-de-obra com outras de relativo abrandamento (gráfico n.º 1.)

Número médio de trabalhadores nas obras públicas

[GRÁFICO N.º 1]



Na sequência da política de investimentos públicos levada a cabo pelos governos da Regeneração, o mercado de trabalho das obras públicas duplicou entre a primeira e a segunda metade da década de 1850 (entre 1850-1855

[35] Ou seja, 100 operários/ano para a construção de 1 km de estrada, cerca de metade para a construção de 1 km de via férrea e 0,6 operários/ano/km para a conservação das estradas. Estes valores foram calculados com base nos dados publicados por Maria Fernanda Alegria *(ob. cit.)* e Manuel Villaverde Cabral (*ob. cit.*, p. 19), nas informações do *Boletim do Ministéro das Obras Públicas, Comércio e Indústria* sobre o número de trabalhadores «ao serviço da conservação das estradas do reino referido ao ano de 1853», no número médio de jornaleiros e empreiteiros a

construíram-se 475,6 km de estradas e entre 1856-1859 607,1 km de estradas e 69 km de vias férreas)[36] e aumentou 33% na década de 1860 (o ritmo médio anual de construção de estradas subiu 19% relativamente a 1856-1859 e o das vias férreas 280%), apesar de entre 1865 e 1868 as obras do caminho de ferro terem estado paradas)[37].

As dificuldades financeiras decorrentes do forte investimento em infra-estruturas nas décadas de 1850 e 1860, aliadas à crise económica de 1876, explicam, em parte, a ligeira retracção das obras públicas nos anos de 1870 e 1880. Esta foi ligeiramente mais acentuada na década de 1870 (−12%) do que na de 1880 (−9%), mas, enquanto em 1870 atingiu todo o sector, embora os caminhos de ferro (−41,5%) tivessem sido mais afectados do que as estradas (−7%), em 1880 somente abrangeu a construção de vias rodoviárias. O ritmo de construção destas desceu de 168 km/ano em 1870-1879 para 125 km/ano em 1880-1889 e o das ferrovias subiu de cerca de 38 km/ano para 90 km/ano[38]. Já a crise financeira do início dos anos 1890 não afectou globalmente o mercado de trabalho das obras públicas, que aumentou 55%. Todavia, o único sector expansivo foi o da construção de estradas (que cresceu quase 100%), pois os trabalhos na rede dos caminho de ferro (muito mais dispendiosos) praticamente pararam entre 1895 e 1999, devido à crise financeira de 1891-1892, e o ritmo médio de construção do decénio foi de apenas 36 km/ano[39]. Na viragem do século, apesar de a situação financeira do Estado ser mais favorável, o mercado de trabalho das obras públicas atravessou novamente uma fase de retracção e a oferta de trabalho no sector baixou 54% entre 1900-1905. A quebra, que, provavelmente, ficou a dever-se à instabilidade política, foi desta vez mais forte na construção de

---

trabalhar nas «obras feitas nas estradas dos diversos distritos do reino» em 1854, 1856, 1858 e 1859, no «número médio de operários empregados diariamente nas estradas, caminho de ferro de Lisboa a Santarém e outras obras públicas no reino» em 1857, 1858 e 1859 e no «número total de operários que se empregaram nas estradas e outras obras públicas nos diversos distritos do reino durante o 1.º semestre de 1868» (*Boletim do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria,* n.os 6 e 11 de 1854, n.º 5 de 1856, n.º 12 de 1857, n.os 2, 3 e 6 de 1858, n.os 7, 8 e 12 de 1859 e n.º 12 de 1868).

[36] A primeira linha de caminho de ferro, entre Lisboa e o Carregado, foi inugurada em 1856.

[37] Entre 1861 e 1864 construíram-se 630 km de linhas de caminho de ferro e no resto do decénio apenas 20 km (em 1869) (Fernanda Alegria, *ob. cit.*).

[38] O ritmo de construção de estradas dos anos 1882-1886 foi o segundo mais baixo do período em estudo (96,1 km/ano), enquanto nos caminhos de ferro os anos de 1882-1883 e de 1887-1889 foram dos de maior dinamismo (respectivamente, 131 km/ano e 156 km/ano).

[39] Entre 1890-1894 construíram-se 355 km de linhas férreas e entre 1895-1899 apenas 9 km. Os custos de construção e funcionamento das vias férreas eram muitíssimo elevados, dado que praticamente todo o material tinha de ser importado. Na construção de estradas também se verificou uma desaceleração a partir de 1896: entre 1890-1895 a média rondou os 299 km/ano e entre 1896-1899 baixou para 169 km/ano.

estradas (–55%) do que nos caminhos de ferro (–33%), mas a partir de 1906 as obras públicas conheceram um novo impulso e o mercado voltou a alargar-se (quase 200%) até 1910: o ritmo médio da construção de estradas passou para 328 km/ano[40] e o dos caminhos de ferro para 78 km/ano.

Malgrado os seus fluxos e refluxos e assimetrias regionais, as obras públicas tiveram inegavelmente uma função reguladora do mercado de trabalho e contribuíram para «controlar» a situação social do país, na medida em que, ao assegurarem uma ocupação mais regular do trabalho (na construção de estradas e caminhos de ferro trabalhava-se, em média, 6 dias por semana durante vários meses e na conservação de estradas a ocupação média rondava os 175 dias por ano)[41] e oferecerem trabalho complementar ou alternativo em momentos de crise (caso, por exemplo, das décadas de 1850 e de 1890), permitiram que, num período de forte crescimento demográfico, a taxa de desemprego permanente não subisse excessivamente e os salários se mantivessem relativamente altos[42].

O primeiro mercado de trabalho agrícola, apresentou-se mais irregular e aparentemente menos expansivo do que o industrial. Por um lado, porque a produção agrícola cresceu bastante menos do que a industrial e, contrariamente a esta, grande parte do seu crescimento não ficou a dever-se à intensificação dos factores de produção, mas sim essencialmente à sua utilização de forma mais racional, ao aumento da produtividade do trabalho, ao alargamento da área cultivada, à reconversão e diversificação cultural de algumas regiões e aos benefícios decorrentes da construção e melhoria das vias de comunicação[43]. Por outro lado, porque a cronologia das fases de expansão e de crise das principais produções nacionais, vinha, cereais e azeite, bem como os seus ciclos de cultura, condicionaram, a nível nacional, o alargamento do mercado de trabalho agrícola. Se não, vejamos. Os anos de 1853 a 1857 são considerados «um dos períodos mais funestos» da economia portuguesa oitocentista e a crise atingiu todos os sectores agrícolas. A produção vinícola caiu drástica e continuadamente (cerca de 75%) na sequência do oídio entre 1852-1853 e 1861-1862 e a cerealicultura foi afectada por maus anos agrícolas, que atingiram sobretudo as culturas arvenses do Sul, e em 1856 e 1858 acusou défices superiores a 25%; a cultura do arroz também

[40] Para a construção de estradas não existem valores para os anos de 1908 e 1909.

[41] Em 1853 (*Boletim do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria,* n.º 6, Julho de 1854).

[42] Para o que também contribuiu o aumento da emigração neste período.

[43] O aumento da produtividade do trabalho é inferido por Pedro Lains com base no facto de ter aumentado a área cultivada por activo agrícola (em cerca de 20%), mantendo-se inalterável o número de animais por activo. Mas também poderá resultar, em parte, de uma intensificação da taxa de ocupação dos trabalhadores, isto é, de um aumento do número de dias de trabalho por ano (Pedro Lains, *A Evolução da Agricultura e da Indústria em Portugal,* cit., nota 18).

registou quebras apreciáveis em 1855, 1858 e 1860 e a produção de azeite baixou sucessivamente entre 1856 e 1859[44]. As duas décadas seguintes foram de recuperação para a viticultura, sobretudo a duriense, e de estagnação e retrocesso da cerealicultura, que no Alentejo foi de par com «um esforço de diversificação produtiva», que se traduziu num aumento da área vinícola, uma intensificação da exploração dos montados e um «grande progresso» da criação de gado[45]. As décadas de 1880 e 1890 foram, simultaneamente, de crise para a viticultura duriense, atingida pela filoxera desde os anos de 1870, e de crescimento para a viticultura do Centro e do Sul, menos afectada e mais tardiamente pela filoxera e mais apta a resistir aos seus efeitos. A cerealicultura e a olivicultura, por seu lado, conheceram um grande incremento a partir de 1885, que se prolongou até 1903. A partir da viragem do século verificou-se uma desaceleração do crescimento da produção cerealífera e a viticultura atravessou uma crise de sobreprodução e falta de mercados.

Assim, o mercado de trabalho agrícola contraiu-se fortemente na década de 1850 e atravessou um período de relativo alargamento até à viragem do século. Nas décadas de 1860 e 1870 o mercado mais dinâmico parece ter sido o do Norte e nas décadas seguintes o do Centro e do Sul. No Douro o número de jornas nos trabalhos de poda, cava, redra, enxoframento e enxertia da Quinta de Mateus quase duplicou nos anos 1870 e nas Quintas da Cumieira, Barreiro e Sabrosa aumentou 20% na primeira metade de 1870[46]. No Sul, o mercado de trabalho agrícola de algumas grandes explorações (de que Palma e Rio Frio são um bom exemplo) cresceu nas décadas de 1880 e 1890 tanto para os trabalhadores eventuais (cerca de 50%) como para os trabalhadores permanentes (contratados ao ano, ao mês ou semanalmente) e para os que trabalhavam por empreitada (normalmente beirões ou algarvios)[47]. É certo que o aumento da área cultivada, a diversificação cultural e a intensificação dos trabalhos culturais, das limpezas e das obras de beneficiação dos prédios abriram novas oportunidades de trabalho. Mas também é preciso não esquecer que nas últimas décadas do século XIX e no início do século XX o alargamento do mercado de trabalho agrícola esteve

[44] V. J. J. Rodrigues de Freitas, *Notices sur le Portugal,* Paris, 1867, David Justino, *A Formação do Espaço Económico Nacional,* cit., Miriam H. Pereira, *Livre-Câmbio,* cit., Helder A. Fonseca, *O Alentejo no Século XIX,* cit., Pedro Lains, *A Economia Portuguesa no Século XIX,* cit., e Conceição Andrade Martins, «A filoxera na viticultura nacional», in *Análise Social,* vol. XXVI (112-113), Lisboa, 1991.

[45] V. Helder Adegar Fonseca, *O Alentejo no Século XIX,* cit.

[46] *Lista de salários* das Quintas do Barreiro, Cumieira, Mateus e Vinhas de Sabrosa, cit.

[47] *Livro de despesas* das Herdades de Palma e de Rio Frio, cit.; v. também Conceição Andrade Martins, «Opções económicas e influência política de uma família burguesa oitocentista: o caso de São Romão e José Maria dos Santos», in *Análise Social,* vol. XXVII (116-117), Lisboa, 1992.

condicionado, primeiro, pela crise da viticultura duriense decorrente da filoxera, depois, pelo alastramento da doença às vinhas do Centro e do Sul do país e, finalmente, pela crise de sobreprodução vinícola da viragem do século. Ora, dada a importância que assumia a viticultura no sector primário e na economia nacional, a situação de crise prolongada e generalizada daquela produção forçosamente que se terá repercutido negativamente no mercado de trabalho. Por um lado, ao nível da oferta de trabalho, visto tratar-se de uma cultura que ocupava mão-de-obra praticamente durante todo o ano, embora mais intensamente na época das vindimas[48]. E, por outro lado, ao nível da procura, que terá aumentado à medida que os pequenos viticultores, endividados e empobrecidos com o prolongamento da crise, iam engrossando a classe dos assalariados e o pequeno comércio local e os negociantes ligados ao sector abriam falência[49]. A partir de meados dos anos 1890, o sector agrícola não se encontrava, portanto, em situação de poder absorver este aumento crescente de mão-de-obra disponível, agravado ainda pelo próprio crescimento populacional, e a recessão do mercado de trabalho agrícola estava patente nas estatísticas da época[50]. Entre 1890 e 1911 a população activa agrícola diminuiu 7%, mas em valor percentual (por mil habitantes) o decréscimo foi mais acentuado (18%).

Para o mercado de trabalho dos sectores comercial e de serviços existe pouca informação. Segundo os dados dos censos de 1890 e de 1911, o sector comercial foi o mais expansivo deste período, dado que a sua população activa aumentou 49%, enquanto a do sector industrial cresceu menos de metade (22%) e a do sector agrícola decresceu. Para o período anterior a 1890 apenas pode extrapolar-se em função do comportamento do comércio interno e externo. Neste último, as importações (em valor) cresceram com relativa regularidade entre 1850 e 1890 (3,5% ao ano entre 1850-1870 e 3% ao ano entre 1870--1890), mas as exportações caíram fortemente entre 1870 e 1886 (de 4,6% ao ano em 1850-1870 para 1,6% ao ano em 1870-1886). Quanto ao comércio interno, num país «constelado de feiras e mercados» e com uma estrutura urbana que pouco se alterou durante o período em análise, o que predominava

[48] Note-se, contudo, que o combate tanto ao oídio como à filoxera impôs uma intensificação dos trabalhos culturais.

[49] O movimento migratório reflecte bem este processo de gradual proletarização dos pequenos proprietários, comerciantes e negociantes. V. Jorge Fernandes Alves, «Lógicas migratórias no Porto oitocentista», in *Emigração/Imigração em Portugal. Actas do «Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (Séculos XIX e XX)*, Lisboa, 1993.

[50] Apesar da lentidão com que se processou a mecanização dos campos portugueses, a progressiva divulgação de novas alfaias agrícolas, sobretudo nas culturas da vinha e dos cereais, permitiu também libertar mão-de-obra de alguns trabalhos agrícolas mais absorventes. V., a este respeito, Jaime Reis, *O Atraso Económico Português em Perspectiva Histórica: Estudos sobre a Economia Portuguesa na Segunda Metade do Século XIX 1850-1930,* Lisboa, 1993.

era o comércio itinerante dos vendilhões, bufarinhos e almocreves e as lojas onde tudo se vendia e que empregavam um número relativamente reduzido de caixeiros e marçanos, «rudemente tratados pelos patrões e tidos como simples máquinas produtoras [...] sem um dia de recreio, uma hora de repouso [...] com uma alimentação deficiente e má [...] castigos severíssimos [...] e uma velha enxerga em cima do balcão [para dormir]»[51]. Reportando-nos a David Justino, diríamos que o crescimento do sector comercial deve ter sido à medida do próprio crescimento económico nacional[52].

Para o sector dos serviços só dispomos dos dados coligidos por Pedro Tavares de Almeida sobre os funcionários da administração central do Estado (ministérios, governos civis, funcionários das alfândegas, etc.)[53]. O número de funcionários pagos pelo orçamento do Estado e dependentes dos diferentes ministérios aumentou cerca de 66% entre 1853 e 1890 (passou de 10 328 para 17 096)[54] e o maior crescimento verificou-se, como seria de esperar, no Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, onde o número de efectivos subiu 74% entre 1853 e 1864, 98% entre 1864 e 1876 e 287% entre 1876 e 1890[55]. Na década de 1890 os censos da população registam, contudo, um decréscimo do número de funcionários civis da administração pública central e local, que deve prender-se directamente com a crise financeira de 1891-1892, já que a justificação dada em 1892 para a extinção do Ministério da Instrução e Belas-Artes, criado dois anos antes, foi precisamente a falta de verbas e na viragem do século (1900-1910) os censos apontavam novamente para um aumento do funcionalismo público.

Apesar de coincidir com um período de crescimento demográfico, o alargamento do mercado de trabalho «obrigou» a que, ao longo do período que estamos a analisar, aumentasse consideravelmente o trabalho feminino e de menores tanto nos campos como nas fábricas e no comércio (neste sobretudo de menores). Em 1890 cerca de 36% da população activa era feminina, mas o peso do trabalho das mulheres e dos menores era muito

---

[51] *Boletim da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa*, 2.ª série, n.º 26, Fevereiro de 1903.

[52] David Justino, *A Formação do Espaço Económico Nacional*, cit., vol. II, p. 243.

[53] Estes dados constam da sua tese de doutoramento, *A Construção do Estado Liberal. Elites do Poder e Burocracia na Regeneração (1851-1890)*, apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Ao Pedro Tavares de Almeida desejo agradecer a disponibilidade que sempre tem demonstrado em pôr à minha disposição os resultados da sua investigação.

[54] Note-se que em 1878 os professores primários deixaram de ser pagos pelo orçamento de Estado e passaram a sê-lo pela administração local.

[55] O crescimento real deste último período foi bastante menor, dado que os valores de 1890, 6181 funcionários, incluem os funcionários dos telégrafos e correios, que até então não pertenciam a este ministério e que representam quase metade daquele quantitativo (v. Pedro Tavares de Almeida, *ob. cit.*).

superior nalguns sectores, nomeadamente no têxtil e nalgumas actividades agrícolas[56]. Mas, se esta entrada crescente de mão-de-obra desqualificada e barata no mercado de trabalho se mostrou necessária numa primeira fase, veio mais tarde a repercutir-se negativamente no trabalho masculino, retirando-lhe postos de trabalho e desvalorizando-o[57]. Daí que, quando a crise começou a agudizar-se a partir de finais do século XIX, o trabalho feminino e de menores começasse a ser hostilizado e acusado de contribuir para o mal-estar social e que para minorar a situação (e também por razões de caracter social) se promulgassem leis regulamentadoras e se pretendesse condicioná-lo ou mesmo proibi-lo em determinadas profissões ou sectores de actividade[58]. E, de certo modo, tal parece ter sido conseguido, já que o censo de 1911 regista uma diminuição da população activa feminina. Em valores absolutos, a população activa feminina decresceu 23% relativamente a 1890 e, em valores relativos, 8% (representava agora 28% da população activa). O maior desfalque (31,7%) correspondeu, contudo, ao sector agrícola, que foi responsável por três quartos do decréscimo da população activa feminina.

Mobilidade, diversidade e irregularidade do trabalho assalariado, por um lado, e retracção da oferta e/ou da duração do trabalho a partir de meados da década de 1890, por outro lado, caracterizam o mercado de trabalho deste período. No sector agrícola registavam-se grandes variações ao longo do ano, tanto ao nível da quantidade de mão-de-obra empregue como dos salários praticados, que dependiam fundamentalmente da premência, dureza ou especialização das tarefas a executar (caso das ceifas, mondas, vindimas, apanha de azeitona e extracção de cortiça), mas também da situação eco-

[56] Em 1903 três quartos dos operários têxteis do Norte eram mulheres e crianças (Maria Goretti Matias, «Mulheres de fábrica», *working paper,* ICS, Lisboa, s. d.). Na Herdade de Palma o trabalho feminino e juvenil aumentou cerca de 700% entre 1870 e 1890 e nalgumas tarefas (caso das mondas) o seu peso passou mesmo a ser dominante na década de 1890.

[57] Nas indústrias cerâmica e cortiçeira o salário médio dos jovens era quase metade do das mulheres e um terço do dos homens. Na tipográfica, a diferença era ainda maior. Em Aveiro, na Oficina Tipográfica de Francisco Homem Cristo, os aprendizes ganhavam 40 réis, os impressores 360 réis e os tipógrafos 600 réis. Os salários agrícolas das mulheres eram cerca de metade do dos homens e os dos jovens 60 % do das mulheres.

[58] A imprensa sindical considerava as mulheres co-responsáveis da situação em que se encontrava a classe operária. «Era por causa delas que os homens iam para o desemprego. Eram elas as aliadas do capitalismo e da máquina.» (Maria Goretti Matias, *ibid.*) Sobre este assunto, v. Maria Filomena Mónica, *A Formação da Classe Operária em Portugal,* Lisboa, 1982. Já para os tipógrafos a principal causa da «depressão» generalizada dos salários era o excesso de trabalho juvenil (de aprendizes), que durante décadas pretenderam que fosse regulamentado [José Barreto, «Os tipógrafos e o despoletar da contratação colectiva em Portugal (I), *Análise Social,* vol. XVII (66), Lisboa, 1981]. As primeiras leis que regulamentam o trabalho de mulheres e menores datam do início da década de 1890 (decreto de 14 de Abril de 1891 e regulamento de 16 de Março de 1893).

nómica do sector. No Douro a crise filoxérica teve repercussões muito negativas no mercado de trabalho local, pois provocou uma diminuição da procura de mão-de-obra e uma baixa generalizada dos salários[59]. Estes condicionalismos da actividade agrícola determinaram não só as deslocações sazonais de trabalhadores, como a sua ocupação temporária em outras actividades, nomeadamente nas obras públicas ou nas minas. Nas épocas em que faltava o trabalho «era frequente os trabalhadores rurais das regiões próximas irem parar às minas, tanto às pequenas como às grandes, numerosas no Baixo Alentejo. Era uma condição provisória, uma condição de recurso, como o era também o trabalho nas estradas»[60]. E o mesmo se passava no sector industrial, onde a instabilidade e descontinuidade de emprego também se faziam sentir, embora em menor grau do que na agricultura. Na indústria conserveira, por exemplo, o número de operários aumentava ou diminuía drasticamente em função da abundância ou escassez de matéria-prima e nos têxteis foram frequentes as reduções dos dias de trabalho[61].

A partir de meados da década de 1890, o mercado de trabalho não se mostrou suficientemente elástico face à procura por parte de uma população em crescimento e, nalgumas regiões, em situação de acelerada proletarização. Ora esta falta de elasticidade do mercado de trabalho não decorreu, como alguns pretenderam, da crise de 1890-1891, mas sim da situação do sector industrial. E, assim, embora a indústria tenha sido o sector mais dinâmico, com um crescimento bastante superior ao do sector agrícola e comparativamente mais elevado do que o verificado então em países mais industrializados (Inglaterra, França, Itália e Espanha), para um país «retardatário», como era o caso de Portugal, o ritmo de crescimento industrial não foi suficientemente rápido e regular para colmatar o atraso inicial e no final do século XIX a proporção entre produção agrícola e industrial portuguesa era, aproximadamente, de 2 para 1[62]. A agricultura manteve-se, portanto, ao longo de todo este período, a principal actividade económica. Em 1850, 75% da população activa (masculina) pertenciam ao sector primário, 10% ao secundário e 17% ao terciário e, sessenta anos mais tarde (em 1910), a agricultura ocupava ainda 61% da população activa, a indústria 22% e os

[59] Nas Quintas do Barreiro e da Cumieira e nas Vinhas de Sabrosa o trabalho da poda diminuiu, respectivamente, 80%, 60% e 38% entre as décadas de 1870 e 1880 e os salários médios caíram cerca de 10% (*Listas de salários,* arquivo da Casa de Mateus).

[60] Paulo Guimarães, *Indústria, Mineiros e Sindicatos,* cit.

[61] Sobre os condicionalismos do trabalho na indústria conserveira, v. Aníbal Gomes Ferreira Cabido, «Chorographia industrial do concelho de Aveiro», in *Boletim do Trabalho Industrial,* n.º 60, Lisboa, 1911, e sobre os têxteis, João Rodrigues Pinto Brandão, «Relatório dos serviços da 2.ª Circunscrição dos Serviços Téchnicos da Indústria no anno de 1909», in *Boletim do Trabalho Industrial,* n.º 41, Lisboa, 1911.

[62] Jaime Reis, «A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio», *ob. cit.,* p. 210.

serviços 17%, e o país continuava a caracterizar-se pela sua ruralidade. Em 1910 somente 17% da população viviam em centros urbanos com mais de 5000 habitantes, enquanto na Europa a taxa rondava os 36%[63].

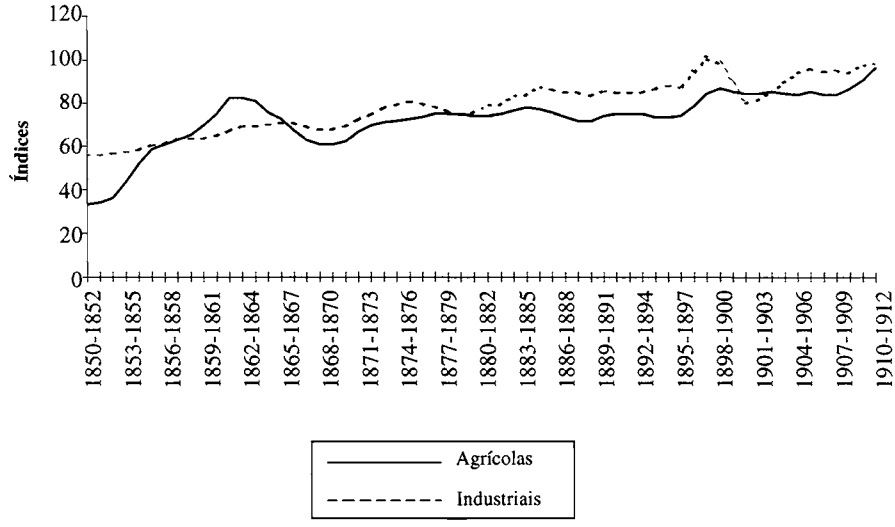
EVOLUÇÃO DOS SALÁRIOS NOMINAIS E REAIS

Entre a segunda metade da década de 1850 e o final do período em estudo os salários médios agrícolas e industriais aumentaram praticamente o mesmo: 69% os primeiros e 68% os segundos[64]. Em números-índices a subida foi menor, mas manteve-se muito idêntica: 57% nos salários agrícolas e 59% nos industriais. Todavia, se estendermos a análise ao início da década de 1850 e se observarmos o movimento das respectivas curvas (gráfico n.º 2), verificamos que existem algumas discrepâncias entre o comportamento de uns e outros. Por um lado, uma maior irregularidade e amplitude do movimento dos salários agrícolas relativamente aos industriais. E, por outro lado, um relativo desfasamento cronológico entre os momentos de viragem das respectivas curvas.

Índice dos salários nominais agrícolas e industriais

(100 = 1913)

[GRÁFICO N.º 2]



[63] Ana Bela Nunes, «A população activa portuguesa segundo o recenseamento de 1981: uma análise preliminar», in *Revista de História Económica e Social,* n.º 14, Lisboa, 1984; Pedro Lains, *A Evolução da Agricultura e da Indústria em Portugal,* cit.

[64] Entre 1855-1859 e 1911-1813.

Como pode ver-se no quadro n.º 2 e nos anexos 2 e 3, os salários industriais subiram de forma continuada ao longo de toda a segunda metade do século XIX, decaíram consideravelmente na viragem do século (1901-1904) e em 1913 ainda não tinham conseguido recuperar totalmente dessa quebra. Os salários agrícolas, pelo contrário, aumentaram rapidamente entre 1850 e 1863, diminuíram nos dez anos seguintes, recuperaram em parte nos anos 1870 e 1880 e mantiveram-se relativamente estáveis até ao final do século, subindo a partir de então e atingindo em 1913 os valores mais altos de sempre[65].

Comportamento dos salários nominais

[QUADRO N.º 2]

Salários agrícolas		Salários industriais	
Períodos	**Aumento (percentagem)**	**Períodos**	**Aumento (percentagem)**
1850-1853 a 1861-1863	141	1850-1856 a 1899-1900 . . .	88
1861-1863 a 1867-1872	−23	1899-1900 a 1901-1904 . . .	−24
1867-1872 a 1878-1887	19	1901-1904 a 1912-1913 . . .	23
1878-1887 a 1888-1897	−3		
1888-1897 a 1911-1913	32		

Fonte: Anexo 1.

[65] Uma análise mais detalhada da evolução anual do índice dos salários nominais (masculinos) permite distinguir os seguintes subperíodos:

Salários agrícolas		Salários industriais	
Subperíodos	**Índice médio**	**Subperíodos**	**Índice médio**
1850-1853	34	1850-1856	57
1854-1856	52	1857-1863	65
1857-1860	65	1864-1872	70
1861-1863	82	1873-1882	78
1864-1866	76	1883-1898	86
1867-1872	63	1899-1900	107
1873-1877	72	1901-1904	81
1878-1887	75	1905-1906	93
1888-1897	73	1907-1911	96
1898-1910	84	1912-1913	100
1911-1913	96		

Fonte: Anexo 1.

Esta periodização foi determinada em função do afastamento dos índices anuais relativamente à média geral do período. Note-se que, como os índices foram estabelecidos com base em séries de salários relativamente descontínuas (v. o que é dito nos anexos), nalguns anos estarão, seguramente, distorcidos. Os desvios parecem-nos menores no caso dos salários agrícolas, dado que as séries destes são mais representativas, contínuas e alargadas, excepto para os primeiros anos da década de 1850, período para o qual só trabalhámos com salários de homens de jeira e de trabalhadores rurais. No caso dos salários industriais, os índices

Estas discrepâncias atenuam-se, mas não deixam de se manter, se corrigirmos os índices em função dos desvios que constatámos existirem[66]. Assim, enquanto no sector industrial o índice dos salários nominais terá subido com relativa continuidade entre 1850 e 1913 à taxa média anual de 0,9%[67], no sector agrícola o aumento terá sido ligeiramente superior, 1% ao ano entre 1855 e 1913, mas bastante irregular. Após um período inicial de forte crescimento (t. c. de 5% ao ano entre 1854-1856 e 1861-1863), seguiu-se uma fase de depreciação acentuada (t. c. de –2,8% entre 1864 e 1872) e uma outra, bastante prolongada (1873 a 1897), de ligeira recuperação e relativa estabilidade[68]. O índice dos salários agrícolas subiu cerca de 17% neste período, mas manteve-se, mesmo assim, quase 10% abaixo da média do início da década de 1860. A viragem do século marca o início de um novo movimento ascensional e os salários agrícolas aumentam cerca de 1,6% ao ano até 1913.

Mas, apesar de terem aumentado, de forma mais irregular e descontínua, os salários agrícolas subiram, ainda assim, ligeiramente mais do que os industriais e do que o produto agrícola, que cresceu 0,9% ao ano entre 1850 e 1913. Numa perspectiva de longa duração, a situação apresentar-se-ia, assim, mais favorável para os trabalhadores agrícolas do que para os industriais, cujos salários cresceram bastante menos do que o produto industrial (que subiu 2,9% ao ano entre 1850 e 1913) e também ligeiramente menos do que os preços por grosso e o custo de vida[69]. Todavia, se compararmos o movimento dos salários nominais com o dos preços por grosso (quadro n.º 2) e do custo de vida (gráfico n.º 3)

merecem-nos menos confiança, precisamente pela fraca representatividade e descontinuidade das séries utilizadas. Daí que, quer o grande aumento dos salários agrícolas na década de 1850, quer o dos salários industriais no final do século XIX, devam ser encarados com alguma circunspecção.

[66] V. a nota anterior. A subida do índice dos salários industriais em 1899-1900 e a sua descida em 1900-1904 reflectem apenas, por um lado, o aumento verificado numa única série de salários: a dos trabalhadores das obras públicas de Leiria cujos salários passaram de 240 réis/dia no quinquénio de 1894-1898 para 318 réis em 1899-1900. E, por outro lado, o facto de entre 1894 e 1898 se trabalhar apenas com três séries de salários (trabalhadores das obras públicas de Leiria e pedreiros de Palma e do Porto), entre 1899 e 1900 apenas com duas séries (trabalhadores das obras públicas de Leiria e pedreiros de Palma) e entre 1901 e 1904 apenas com os salários destes últimos, que se mantiveram estáveis entre 1899 e 1904. Assim, o mais provável é que o índice destes salários tenha tido um comportamemnto mais regular e que, portanto, no gráfico n.º 1 a curva dos salários industriais não tenha a bossa nele representada.

[67] Embora no século XX se tenha verificado uma ligeira desaceleração da taxa de crescimento relativamente à segunda metade do século XIX.

[68] Entre 1888 e 1897 verifica-se uma ligeira descida do índice (–3% relativamente ao período anterior, 1878-1887), que corresponde, de facto, a uma quebra generalizada dos salários de quase todas as tarefas agrícolas (v. os anexos 2 e 3).

[69] O índice do custo de vida subiu 0,96% ao ano entre 1850 e 1913 e o dos preços por grosso 1,1% (Ana Bela Nunes, Eugénia Mata e Nuno Valério, «Portuguese economic growth», *ob. cit.;* David Justino, *Preços e Salários em Portugal,* cit.; Maria Eugénia Mata, *As Finanças Públicas Portuguesas da Regeneração à Primeira Guerra Mundial,* cit.).

Preços por grosso*

[QUADRO N.º 3]

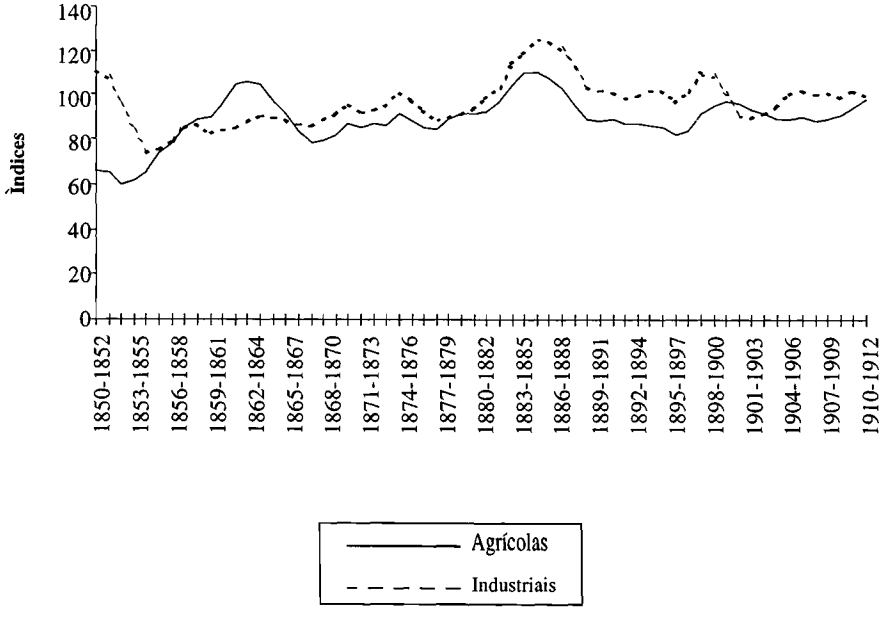
Períodos	Índice médio	Aumento (percentagem)
1850-1853	53	–
1854-1857	76	43
1858-1868	77	1
1869-1875	74	4
1876-1882	80	8
1883-1889	73	9
1890-1897	83	14
1898-1904	91	10
1905-1909	86	5
1910-1912	95	10

* Os critérios seguidos para estabelecer a periodização são os enunciados na nota 37. A base do índice é 1913.

Fonte: David Justino, *Preços e Salários em Portugal,* cit.

Índice dos salários reais agrícolas e industriais

[GRÁFICO N.º 3]



e o relacionarmos com a situação do mercado de trabalho, nomeadamente com a elasticidade da oferta relativamente ao aumento da mão-de-obra disponível e com a precariedade do trabalho, verificamos que os trabalhadores agrícolas só melhoraram as suas condições de vida entre 1850 e 1862-1863 e na década de 1880 e os trabalhadores industriais nas décadas de 1860 a 1890.

De facto, como pode ver-se no gráfico n.º 3, tanto os salários reais agrícolas como os industriais tiveram os seus picos máximos na década de 1880, decaíram sensivelmente na mesma proporção na década de 1890, 22% os agrícolas e 24% os industriais (os preços subiram quase 25% até 1904), e recuperaram ligeiramente (subiram, respectivamente, 16% e 11%) até 1910-1913.

A principal diferença entre o comportamento de uns e outros verifica-se na década de 1850, em que os salários reais agrícolas subiram 66% e os industriais se depreciaram quase 30% (os preços aumentaram cerca de 44% neste decénio), e na segunda metade dos anos 1860, em que a situação se inverteu e os primeiros decaíram 23% (os preços só baixaram 6% neste período), enquanto os segundos mantiveram um sentido ascendente. A curva dos salários agrícolas é, portanto, a que melhor reflecte, quer as sucessivas crises que atingiram o sector durante este período — maus anos agrícolas, doenças nas vinhas, retracção de certas culturas, etc. —, quer o movimento dos preços, sobretudo dos cereais.

Esta tendência geral dos salários encobre, todavia, as variações locais, regionais e sectoriais, que se apresentam tanto mais importantes quanto reflectem os ritmos, as assimetrias e as dissonâncias do crescimento económico português. Um caso paradigmático é o do comportamento dos salários de algumas actividades vitivinícolas (cava, poda, enxoframento, sulfatação, vindima, etc.) no Norte e no Sul do país nos anos 1850-1860 e 1870-1880, porque espelham as características distintas das duas crises vinícolas, a do oídio e a da filoxera e, no caso da segunda, a sua precocidade e a intensidade no Douro, assim como a aceitação e a divulgação que foram conhecendo os tratamentos, as enxertias e as replantações. E um outro é o que patenteia o quadro n.º 6 para a província do Minho em dois ciclos de média duração (sete e dez anos), porque comprova, por um lado, que não existia um mercado de trabalho regional e, por outro lado, que os principais «centros industriosos» do país funcionavam, de facto, como pólos de atracção populacional pelos salários mais elevados que ofereciam à generalidade dos trabalhadores [os salários no Porto (e seu distrito) eram mais elevados do que no resto da província e, no primeiro período, cresceram mais uniformemente do que no resto da província].

Como o movimento anual dos salários apenas permite desenhar tendências gerais, que podem ser dissonantes a nível regional e/ou sectorial, porque ocultam os complementos salariais em espécies (comedorias, pegulhal, folhas de cultura, habitação, etc.), as oscilações temporais, espaciais e sexuais dos

salários monetários e as flutuações do mercado de trabalho, particularmente sensíveis no meio rural e nalgumas indústrias (como a de conservas de peixe), torna-se necessário desagregá-los para detectar os comportamentos autónomos, que, nuns casos, atravessam todos os ciclos e, noutros, só se verificam em determinados períodos. Para determinar as variações salariais e o leque salarial dos diferentes ramos de actividade e no interior de cada um a melhor fonte são os arquivos particulares e a contabilidade privada das empresas, mas, enquanto os arquivos privados não forem explorados de forma sistemática e as séries disponíveis não cobrirem um número significativo de sectores e regiões, será forçoso recorrer às estatísticas oficiais, particularmente às produzidas pelas autoridades administrativas locais (concelhias ou distritais), apesar de estas últimas normalmente não discriminarem senão trabalhadores agrícolas e oficinais (das «artes mecânicas) e salários tabelados e/ou modais («mais comuns»). E, embora tais limitações não permitam estabelecer o leque salarial agrícola ou oficinal, as informações que registam elucidam-nos sobre o seu valor relativo e as suas oscilações ao longo do ano e no interior de um determinado espaço geográfico, bem como sobre a maior variação sazonal e regional dos salários agrícolas comparativamente aos artesanais durante todo o período em estudo e a progressiva tendência destes últimos para a homogeneização. As estatísticas oficiais de dois distritos essencialmente agrícolas, como Évora e Beja, mostram que os salários agrícolas estavam sujeitos a maiores oscilações ao longo do ano do que os artesanais[70], que estes eram, em média, 50% superiores aos rurais no início da década de 1860 e que esta diferença era menos acentuada nas duas capitais de distrito (em Évora era inferior a 20% em 1861) e mais alargada nos centros «industriosos» (em Borba e Arraiolos situava-se acima dos 80%)[71]. Ora as variações mais acentuadas dos salários agrícolas decorriam também da irregularidade, sazonalidade e falta de

[70] Na Vidigueira, por exemplo, os salários mecânicos mantiveram-se constantes (400 réis/dia) ao longo de quase toda a década de 1860, enquanto no sector agrícola o salário modal de 240 réis/dia subiu nalguns meses até 360 réis (em 1861, 1862 e 1863) e 400 réis (em 1864) e noutros desceu para 200 réis/dia (1861, 1862, 1868) («Papéis estatísticos», *ADB*, núcleo do governo civil). E o mesmo sucedeu no início dos anos 1890 em Estremoz, Reguengos ou Viana, onde, contrariamente aos agrícolas, onde as oscilações chegaram a superar os 100% (caso de Reguengos), os salários artesanais também conheceram uma grande estabilidade. (*ADE*, núcleo do governo civil, maço 24).

[71] Em Estremoz, Montemor-o-Novo e no Redondo a diferença situava-se entre os 30% e os 39%, em Reguengos e no Alandroal no escalão imediatamente superior (40% a 49%) e em Portel, Viana, e Vila Viçosa entre os 50% e os 59% [«Nota dos preços porque, nos Concelhos d'este Districto, regulam os salários dos Operários nos trabalhos ruraes, e artes mechanicas, em vários meses de 1861» (*ADE*, núcleo do governo civil)]. Três décadas depois, a situação alterara-se e em Borba a discrepância caíra para pouco mais de 30%, enquanto em Estremoz, pelo contrário, subira para mais de 100% (*ADE*, núcleo do governo civil, maço 24).

especialização requerida pela maioria das tarefas agrícolas, pelo que os trabalhos mais sujeitos a bruscas oscilações eram as ceifas, mondas, vindimas e varejo e apanha de azeitona, cujos salários chegavam a aumentar quase 50% de um ano para outro e a baixar abruptamente nos anos seguintes[72] e variavam significativamente durante a campanha[73].

As oscilações regionais e sazonais dos salários eram, portanto, mais acentuadas nos sectores primário e secundário do que no terciário (embora para este não disponhamos de séries suficientes para determinar a sua variação no espaço e no tempo) e articulavam-se fundamentalmente com a situação do mercado de trabalho (da oferta e da procura), o movimento dos preços (nos principais centros urbanos o preço da carne funcionava frequentemente como regulador dos salários)[74] e a conjuntura económica. Os salários das obras públicas podem, aliás, ser considerados paradigmáticos desta articulação, na medida em que as variações regionais parecem reflectir tanto as vicissitudes por que passou o sector como as prioridades e o ritmo (diferenciado) imprimido à construção e reparação de infra-estruturas no território nacional[75] e a disponibilidade de mão-de-obra para trabalhar nas mesmas. Numa fase de recessão das obras públicas (1884-1886), em que a construção de vias férreas praticamente tinha parado e a de estradas também tinha abrandado significativamente (naqueles três anos a rede ferroviária só aumentou 44 km e a rodoviária 320 km), as maiores diferenças salariais registavam-se no litoral. Em 1885-1886 a diferença entre o salário médio pago aos trabalhadores das obras públicas do Norte e do Sul era de cerca de 10%, oscilando entre um máximo de 47% (entre Coimbra e Lisboa) e um mínimo de 2,5% (Coimbra e Castelo Branco).

No sector secundário o leque salarial (dos salários médios) variava bastante em função do grau de desenvolvimento industrial de cada região, do tipo de indústria e da dimensão das unidades. Assim, enquanto nas indústrias da 1.ª

[72] Em 1883-1884 os salários médios das ceifas desceram 13%, em 1885 subiram 47%, nos dois anos seguintes baixaram 11%, em 1888-1891 voltaram a diminuir 23% e em 1892-1895 aumentaram 18%. O varejo, por exemplo, aumentou 19% em 1861-1862, diminuiu 9% no ano seguinte, voltou a subir 13% em 1864-1866, a descer 31% em 1867 e a aumentar 16% nos anos seguintes (v. os anexos 2 e 3).

[73] Em 1879 os salários médios das mondas na Herdade de Palma passaram de 220 réis/dia nas primeiras semanas de Maio para 240 réis no final do mês e início do seguinte, 260 réis na terceira semana de Junho, 280 réis na última semana deste mês, 360 réis na primeira semana de Julho, 380 réis nas duas outras e 300 réis no final de Julho. E em 1899 a ceifa de arroz foi paga a 320 réis/dia na segunda semana de Setembro e a 400 réis na terceira semana (*Livro de despesas* da Herdade de Palma, arquivo da Sociedade Agrícola da Herdade de Palma).

[74] V. Carlos Pimenta, *Salários e Preços do Século XIX*, cit.

[75] Este ritmo diferenciado da construção de infra-estruturas não se verifica apenas a nível geográfico, mas também no seio da própria rede viária (construção de estradas e caminhos de ferro).

Salários médios dos trabalhadores das obras públicas em 1885-1886

[QUADRO N.º 4]

Distrito	Réis/dia
Coimbra	236
Castelo Branco	242
Braga	244
Aveiro	249
Viseu	253
Viana	262
Guarda	264
Faro	276
Leiria e Porto	283
Santarém	284
Portalegre e Vila Real	285
Évora	291
Bragança	320
Beja	330
Lisboa	347

Circunscrição o leque salarial era de 1:5 em 1905, no Alentejo e Algarve era de apenas 1:1,4 em 1897-1904. Na primeira região os salários médios mais elevados correspondiam à indústria dos tabacos (800 réis/dia) e os mais baixos à indústria de pentes (240 réis/dia para os homens e 160 réis/dia para as mulheres)[76] e na segunda região, respectivamente, às indústrias moageira (448 réis/dia) e conserveira (323 réis/dia)[77]. Já a nível sectorial as diferenças eram por vezes menores, como era o caso, por exemplo, da indústria de cerâmica da 1.ª Circunscrição, onde, em 1910-1911, o leque dos salários médios era somente de 1:1,5 ou de 1:1,6, consoante os sexos

[76] Os salários mais frequentes situavam-se entre os 500 réis/dia e os 360 réis/dia para os homens e entre os 220 réis/dia e os 160 réis/dia para as mulheres (visconde de Vilarinho S. Romão, «Relatório dos serviços da 1.ª Circunscrição dos Serviços Téchnicos da Indústria no anno de 1905», in *Boletim do Trabalho Industrial,* n.º 1, Lisboa, 1906).

[77] Proporcionalmente, os trabalhadores mais bem pagos eram os moageiros e os mais mal pagos os das fábricas de cortiça, porque, embora as indústrias de moagem e cortiça utilizassem preferencialmente mão-de-obra masculina (98,8% a primeira e 85,7% a segunda), os salários médios desta última, 355 réis/dia, não se afastavam muito dos das indústrias conserveira (323 réis/dia) e de tecelagem (337 réis/dia), que empregavam bastantes mulheres e menores. Na indústria de conservas o trabalho feminino representava 46,1% e o de menores 19,1% e na indústria de tecidos 17,8% e 21,7%, respectivamente (Adriano Monteiro, «Relatório geral...», in *Boletim do Trabalho Industrial,* n.º 18, cit.).

(os salários médios masculinos oscilavam entre os 400 réis/dia e os 260 réis/dia e os femininos entre os 300 réis/dia e os 180 réis/dia), e a diferença era ainda menor nas oficinas de loiça de barro, onde, regra geral, os salários masculinos se situavam entre os 300 réis e os 260 réis[78]. As maiores disparidades salariais registavam-se nas unidades industriais que empregavam mais trabalhadores e requeriam trabalho mais especializado, como era o caso da fábrica de porcelana da Vista Alegre (241 empregados) ou da empresa Cerâmica Portuense Limitada (169 empregados), onde o leque salarial era de 1:10. Na indústria de tecelagem da Covilhã era de 1:5,6 nos homens (entre mestres tintureiros e tecelões trabalhando por empreitada) e de 1:9,3 nas mulheres (entre escolhedeiras de lã e ajudantes de fiadeiras); na empresa Cerâmica Portuense, (54 empregados) era de 1:7,8 (entre aprendizes e mestres)[79]; na fábrica de Santo António do Vale da Piedade (Gaia), com 409 empregados, e na fábrica de Carvalhinho do Porto (70 empregados) era de 1:6,6 e na firma Brandão Gomes & C.ª (fábrica de conserva de peixe localizada em S. Jacinto), com 46 empregados, e na fábrica de serração de madeira de Tomás da Cruz & Filhos (Pampilhosa), com 40 empregados, de 1:6,2[80].

Mas, apesar de os salários dos operários industriais estarem menos sujeitos a oscilações sazonais, também eram frequentemente afectados por reduções mais ou menos temporárias e drásticas do horário de trabalho, por falta de matéria-prima (no caso da indústria conserveira) ou por retracção do mercado (caso do têxtil).

---

[78] Luís Ferreira Girão, «Estudo sobre a indústria de cerâmica na 1.ª Circunscrição dos Serviços Téchnicos da Indústria», in *Boletim do Trabalho Industrial,* n.º 67, Lisboa, 1913.

[79] A tabela salarial desta empresa era a seguinte:

140 réis — aprendizes;
180 réis — mulheres;
280 réis — trabalhadores;
400 réis — oleiros, fogueiros e escriturários;
440 réis — forneiros;
700 réis — capatazes;
750 réis — serralheiros;
900 réis — moldistas;
1100 réis — mestres.

[80] Girão, *ibid.;* João Rodrigues Pinto Brandão, «Relatório da 2.ª Circunscrição dos Serviços Téchnicos da Indústria no anno de 1908», in *Boletim do Trabalho Industrial,* n.º 30, Lisboa, 1909; Aníbal Gomes Ferreira Cabido, «Chorographia industrial do concelho de Aveiro», in *Boletim do Trabalho Industrial,* n.º 60, Lisboa, 1911, «Chorographia industrial dos concelhos da Mealhada e Vargos», in *Boletim do Trabalho Industrial,* n.º 50, Lisboa, 1911, e «Chorographia industrial do concelho de Ílhavo — monographia estatística», in *Boletim do Trabalho Industrial,* n.º 56, Lisboa, 1911.

E, como já foi dito, as diferenças salariais dentro da mesma profissão também eram bastante acentuadas tanto a nível local como nacional. Assim, por exemplo, em 1881 o salário médio dos pedreiros das minas de S. Domingos era quase 10% superior ao dos mesmos trabalhadores da Herdade de Palma e 29% mais elevado do que os da cidade do Porto e no início do século XX os operários da indústria de tecelagem da seda eram mais bem pagos do que os da tecelagem de lã e do algodão (os mais mal pagos)[81]. E o mesmo se passava a nível local. Em Vila Nova de Gaia os mestres das fábricas de cerâmica ganhavam 500 réis na fábrica Fojo, 600 réis na fábrica de louça de António Macedo, 700 réis na fábrica Senhor Além e 800 réis nas fábricas Torrinha e Vilar do Paraíso e no Porto 700 réis na fábrica Carvalhinho e 1100 réis na Empresa Cerâmica Portuense. Os forneiros da Cerâmica Portuense recebiam 440 réis/dia, enquanto os da fábrica da Vista Alegre e da Carvalhinho, do Porto, ganhavam 450 réis/dia, os da Fábrica Torrinha, de Gaia, 650 réis/dia e os da empresa Cerâmica Portuense 1200 réis/dia.

Os factores que mais parecem ter contribuído para a variação dos salários foram, por um lado, a irregularidade e precariedade do trabalho e, por outro lado, a premência de certas tarefas e a conjuntura favorável de alguns subsectores. Mas o comportamento dos salários dos trabalhadores mais especializados (caso, por exemplo, dos maquinistas, tiradores de cortiça, mestres pedreiros, carpinteiros ou ferreiros), assim como dos trabalhadores efectivos e permanentes (ganhões, feitores, guardas, porqueiros, pastores, operários de certas indústrias, etc.) e dos funcionários públicos, que todos eles se mantiveram relativamente estáveis durante este período, denuncia o fraco grau de modernização do país Os salários dos maquinistas das Herdades de Rio Frio e de Palma (das primeiras a disporem de maquinaria agrícola moderna), como dos tiradores de cortiça ou dos carpinteiros, pedreiros, ferreiros, boieiros, porqueiros e pastores das mesmas herdades, praticamente não variaram durante os anos de 1870 e 1910, o mesmo acontecendo com os ganhões, feitores, guardas e moços das herdades de José Maria Eugénio de Almeida[82]. Na fundição da Casa da Moeda de Lisboa os salários não se alteraram entre 1854-1856, 1858-1863 e 1865-1893 e no funcionalismo público a situação também foi de grande estabilidade salarial, embora o ordenado líquido destes funcionários variasse em função da taxa anual de desconto, que, por sua vez, dependia das necessidades do tesouro. O ordenado base dos governadores civis foi 1000$000/ano entre 1854 e 1880 e 1200$000 a partir de então, o dos juizes de comarca 400$000/ano entre 1854 e 1890, o dos amanuenses

[81] Sobre este assunto, v. o anexo 3.

[82] Note-se que parte do salário destes trabalhadores efectivos era paga em géneros, cujo quantitativo também não variou, mas que se valorizava, ou depreciava, em função do comportamento dos preços.

240$000/ano durante o mesmo período e o dos professores 90$000/ano entre 1854 e 1878 e 100$000/ano até 1890[83]. Mas, apesar de, aparentemente, os vencimentos médios das diferentes categorias do funcionalismo não terem flutuado em função da óptica do mercado, como aconteceu com os salários urbanos e rurais, se compararmos a evolução dos salários líquidos daqueles funcionários com, por exemplo, a dos salários urbanos dos pedreiros, vemos que o sentido de ambas as curvas é paralelo e as oscilações idênticas.

Como já se disse, é impossível quantificar e avaliar os salários pagos pelo trabalho ao domicílio, particularmente importante nos têxteis, vestuário e calçado (tecedeiras, costureiras, etc.) e essencialmente desempenhado por mulheres e menores. No entanto, mesmo diminuta e variável de região para região, a remuneração deste trabalho doméstico pesou tanto nos orçamentos das famílias rurais como das urbanas e deverá ser ponderada na avaliação dos rendimentos e do nível de vida das classes trabalhadoras.

CONDIÇÕES DE VIDA

Para avaliar as condições de vida (nível de vida) dos trabalhadores há que ter em conta três elementos: a variação dos salários nominais, a evolução do custo de vida e os salários reais[84]. Já vimos como se comportaram os salários nominais, como estes se articularam com a evolução dos preços e como evoluíram os salários reais. Analisemos agora o custo de vida.

O custo de vida é determinado pelo consumo e pelos preços. Ora, como durante este período o consumo aumentou e a tendência geral dos preços por grosso foi para a subida (o índice subiu quase 100% entre 1850 e 1913), o custo de vida agravou-se mais ou menos na mesma proporção[85].

---

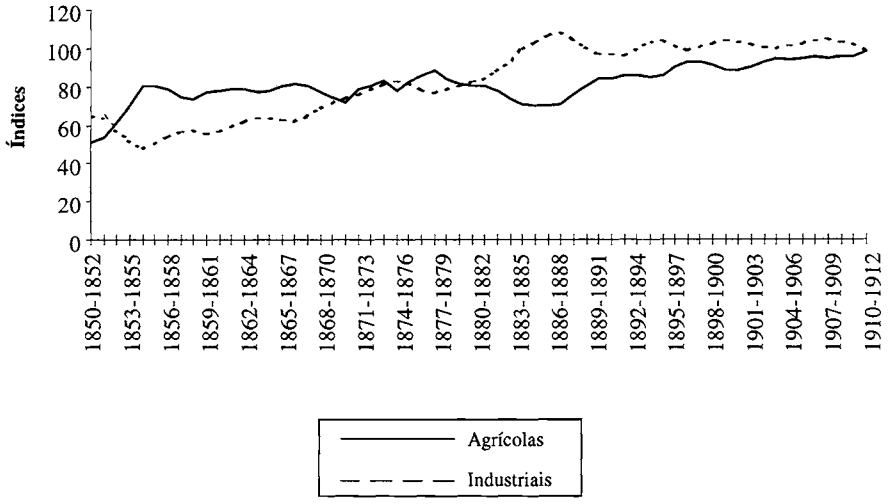
[83] Os professores de Lisboa, Porto e Funchal ganhavam mais. Todos os dados relativos aos ordenados dos funcionários públicos provêm de Pedro Tavares de Almeida, *ob. cit.*

[84] Tal como acontece com os salários, também para avaliar com rigor o nível de vida das classes populares (rurais ou urbanas) será necessário considerar todos os rendimentos dos agregados familiares e não apenas os monetários provenientes do trabalho por conta de outrem. No entanto, como não foi possível calcular a parte correspondente aos rendimentos complementares, que, em muitos casos, suplantam os dos salários monetários, nem tão-pouco estabelecer um cabaz de compras diferenciado no tempo e no espaço nacional, os índices que apresentamos reflectem estes condicionalismos e devem ser encarados como meros indicadores de tendências.

[85] A justaposição das curvas pode não ser tão linear se o comportamento dos preços dos produtos que mais pesavam no cabaz de compras (pão, vestuário e calçado e habitação) se afastar significativamente da tendência geral, ou se, em virtude do aumento do custo de vida, diminuir drasticamente o consumo de certos produtos ou se verificar a sua substituição por outros. Em períodos de crise aumenta geralmente o peso do pão e do vinho no consumo doméstico e diminui o da carne, ovos e produtos «supérfluos».

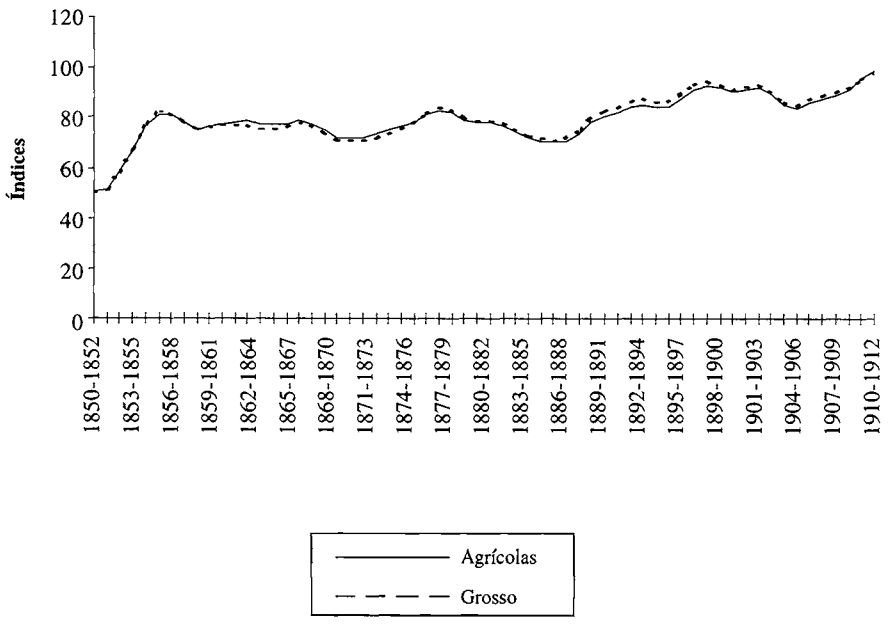
Índice do PIB *per capita* e do custo de vida
(médias móveis de três anos)

[GRÁFICO N.º 4]



Índice dos preços

[GRÁFICO N.º 5]



O índice do custo de vida subiu cerca de 40% entre o início e o final da década de 1850, manteve-se relativamente estável até meados dos anos 1870, aumentou ligeiramente (7%) entre 1876 e 1882, desceu (13%) até final da década de 1880 e a partir de então subiu de forma acentuada e continua até 1913 (16% entre 1890 e 1896, 7% de 1897 a 1904 e 5% até 1913). Note-se, contudo, que a evolução do custo de vida assenta em estimativas do consumo nacional que estão, de certo modo, viciadas. Em primeiro lugar, pela dificuldade de isolar o consumo das duas principais cidades, Lisboa e Porto, do consumo do resto do país. Lisboa e Porto concentravam cerca de 11% da população nacional, mas consumiam quase 50% da produção comercializada e, relativamente a certos produtos, nomeadamente carne, leite, ovos e arroz, o seu consumo era não só bastante superior à média nacional, como mesmo abissal comparativamente a outras regiões[86]. Daí que o consumo daquelas duas cidades constitua «um factor fundamental», quer da expansão que conheceu o consumo nacional até à década de 1890, quer da sua posterior retracção[87]. Em segundo lugar, pelo facto de os habitantes de Lisboa e do Porto serem maioritariamente consumidores, enquanto no resto do país o autoconsumo e o pagamento de parte dos salários em géneros (comedorias) continuavam a assumir uma importância que, apesar de ser difícil de quantificar e variar de região para região, não pode ser menosprezada. E, por último, pela necessidade de avaliar e distinguir quer o consumo regional, quer o consumo entre classes sociais ou estratos sócio-económicos, nomeadamente entre as classes mais abastadas e os assalariados rurais e industriais, e, relativamente a estes, entre as «elites» operárias[88], os trabalhadores especializados e os indiferenciados, quer ainda o consumo no seio das próprias famílias. Segundo o inquérito de 1906, a alimentação dos operários da cidade de Coimbra seria mais variada e equilibrada do que a dos trabalhadores agrícolas da região. Todavia, tal seria conseguido à custa das mulheres, que *se privaient entiérement de viande, leurs rations de poisson et de toutes autres denrées, café et sucre exceptés, étaient inférieures à celles des hommes. Cependant leurs horaires de travail égalaient ceux des hommes (11 heures)*[89]. A nível regional, as disparidades têm de ser encaradas numa dupla perspectiva: em função dos hábitos culturais e em função dos condicionalismos decorrentes das insuficiências de um mercado nacional ainda em

[86] Para 1870 Moraes Soares calculou que o consumo médio anual de carne por habitante rondaria os 18,5 kg, mas que em certos distritos (nomeadamente nos de Aveiro, Braga, Castelo Branco, Guarda e Faro) não deveria exceder os 5 kg (v. David Justino, *A Formação do Espaço Económico Nacional,* cit., 1.º vol., p. 144).

[87] Miriam Halpern Pereira, «Niveaux de consommation, niveaux de vie au Portugal (1874--1922)», in *Annales,* n.os 2-3, Março-Junho de 1975.

[88] Caso dos trabalhadores da indústria do tabaco, com salários bastante superiores à média dos salários industriais. Sobre estas diferenças, v. Maria Filomena Mónica, *Artesãos e Operários,* Lisboa, 1986.

[89] Miriam H. Pereira, *ibid.,* p. 620.

formação[90]. Mesmo em zonas com um padrão de consumo relativamente uniforme, caso, por exemplo, do Alentejo ou do Algarve, o custo médio das rações variava consideravelmente: no Alentejo, entre um máximo de 400 réis em Évora e um mínimo de 160 réis em Ourique; no Algarve, respectivamente, entre 300 réis em Faro e Vila Real de Santo António e 100 réis em Silves[91].

Segundo Simão de Martel, as classes proletárias em Portugal comiam menos e pior do que as mesmas no estrangeiro. Em 1907 a ração diária de um habitante de Lisboa era inferior em quantidade e qualidade à de um habitante de Paris[92]. Em Lisboa comiam-se mais farináceos (pão, massas, batatas e arroz) e menos proteínas (carne, leite, ovos, etc.). As diferenças eram menores entre as classes abastadas, que em Lisboa comiam «desproporcionadamente às suas necessidades». Mas, além de se comer menos e pior em Lisboa, comia-se também mais caro. Pelos cálculos de Gautier, no início do século XX a ração média em Paris custava 280 réis e a mesma em Lisboa era 28,5% mais cara (custava 360 réis)[93]. Todavia, como o padrão de consumo de Lisboa era inferior ao de Paris, o custo da ração alimentar média em Lisboa rondaria então os 314 réis, o que constituía, segundo os dados apresentados por Martel, um dos valores mais altos da Europa[94]. Apesar de

[90] A base da alimentação dos trabalhadores do Norte consistia em «caldos de legumes com azeite adubado e pão de milho» (visconde de Vilarinho S. Romão, «Relatório dos serviços da 1.ª Circunscrição dos Serviços Téchnicos da Indústria no anno de 1909», in *Boletim do Trabalho Industrial,* n.º 39, Lisboa, 1910). No Douro constava essencialmente de *salt cod and sardines, or salt pork with maize bred* (J. Forrester, *The Oliveira Prize-Essay on Portugal,* Londres, 1853). Em Trás-os-Montes e na Beira era muito frequente o recurso à castanha e à batata. E no Alentejo predominava a açorda, acompanhada com chouriço, toucinho, legumes ou azeitonas.

[91] Pedro Dória Nazareth, «Estudo sobre a alimentação das classes trabalhadoras no continente de Portugal», in *Boletim da Assistência Nacional aos Tuberculosos,* 1906-1910.

[92] Peso líquido do consumo diário dos habitantes de Lisboa e de Paris:

	Lisboa	Porto
Pão	460 g	400 g
Massas	23 g	20 g
Batatas e arroz	140 g	100 g
Legumes frescos	200 g	250 g
Legumes secos	70 g	40 g
Carne	142,8 g	191 g
Peixe	31,5 g	25 g
Ovos	17,8 g	24,1 g
Leite	130 cl	213 cl
Fruta	126 g	70 g
Queijo, manteiga, azeite	31,6 g	36 g
Açúcar	35 g	40 g
Vinho	400 cl	532 cl

Fonte: Simão de Martel, «A alimentação das classes pobres e suas relaçôes com o trabalho», in *Boletim do Trabalho Industrial,* n.º 44, Lisboa, 1911, p. 11.

[93] Cit. por Martel, *ibid.*

[94] Martel, *ibid.*, p. 30. Custos superiores aos de Lisboa só tinham sido encontrados por Cheysson e Tacqué na Baixa Provença (328 réis).

estes cálculos de Martel sobre padrões de consumo e custo de vida em Portugal no início do século XX apenas poderem ser encarados como indicadores (pelo número de casos estudados, pela variação regional de padrões de consumo, preços e salários e pela falibilidade dos dados que serviram de base aos cálculos), eles permitem enquadrar o caso português no contexto europeu e reforçar a ideia já expressa de um país ainda profundamente díspar. De facto, quer o autor que temos vindo a citar, quer outros coevos e actuais, quer ainda as fontes que utilizámos para analisar a evolução dos salários e dos preços, apontam neste sentido.

Os primeiros inquéritos sócio-económicos sobre as condições de vida do operariado português datam de 1906 e de 1916[95] e em ambos fica bem patente que as receitas da maioria das famílias operárias eram inferiores às despesas. Destas, 70% destinavam-se à alimentação, 11% ao vestuário e calçado, 13% à habitação (renda de casa, combustível e iluminação) e 6% a outros gastos (educação, transportes, produtos de higiene, quotas de associações de classe, sociais e recreativas, etc.)[96]. Na alimentação o pão representava a principal despesa (29%). Por ordem decrescente, seguiam-se a carne (8,5%), o peixe (8,3%), o vinho (8%), o toucinho (7%), as batatas (6,7%), o azeite (6,5%), o açúcar (5,9%), o feijão e o grão (4,8%), o queijo e a manteiga (4,3%), os enchidos (4,1%) e as hortaliças (3,7%). O restante era gasto com chá, café, água, etc.

Ainda segundo o mesmo inquérito, as famílias operárias de menores recursos não tinham capacidade económica para manter o que era considerado o padrão mínimo de consumo. As famílias operárias que mais se ressentiam desta situação eram as que residiam em centros populacionais de maiores dimensões, onde o custo da habitação era superior e a possibilidade de recurso a outros canais de abastecimento menor[97]. O estudo de Leon Poinsard sobre as condições de vida das famílias operárias no início do século XX é, a este respeito, bastante elucidativo[98]. O rendimento médio mensal de uma família de operários lisboetas, constituída por um casal empregado numa fábrica de tapetes e três filhos menores, era de 19 200 réis (500 réis/dia o homem e 140 réis a

[95] Pedro Dória Nazareth, «Estudo sobre a alimentação das classes trabalhadoras no continente de Portugal», *ob. cit.;* José de Oliveira Simões, «Introdução aos resultados da inquirição sobre a situação do operariado», in *Boletim do Trabalho Industrial,* n.º 49, Lisboa, 1911; Custódio de Mendonça, «Inquérito às condições da vida económica do operariado português», in *Boletim da Previdência Social,* ano I, n.º 2, Janeiro a Março de 1917, Lisboa, 1917. Uma crítica da metodologia seguida em cada um destes inquéritos encontra-se em Miriam Halpern Pereira, «Niveaux de consommation, niveaux de vie au Portugal (1874-1922)», *ob. cit.*

[96] Comparem-se estes valores com os referidos por Carmona para Barcelona (Álvaro Soto Carmona, «La evolución salarial en el primer tercio del siglo XX: en busca de una perspectiva comparada. Los Estados Unidos, Francia y España», in *Historia Social,* n.º 8, 1990).

[97] Em Castelo Branco, por exemplo, o preço das rendas de casa era bastante inferior ao de Lisboa (v. Pinto Junior, «Chorographia industrial do concelho de Castelo Branco», *ibid.*).

[98] Léon Poinsard, *Le Portugal inconnu,* Paris, 1910.

mulher), mas, em função do custo de vida em Lisboa, um agregado familiar desta dimensão necessitaria, pelo menos, de 24 000 réis mensais para poder manter-se acima do limiar mínimo de sobrevivência[99]. Na província a situação parecia ser mais favorável, já que, segundo os cálculos feitos na mesma época para a região centro do país (Coimbra), o orçamento familiar de um casal de cantoneiro e costureira (ela trabalhando em casa) com dois filhos menores daria «à justa» para cobrir as despesas fundamentais[100]. Apesar de o rendimento diário deste casal (506 réis) ser inferior ao do casal lisboeta e de o agregado familiar também ser mais reduzido, a inexistência de défice no orçamento familiar coimbrão provinha apenas do facto de o custo de vida ser mais baixo em Coimbra (506 réis/dia para uma família de 4 pessoas). Todavia, no caso dos assalariados rurais do Alentejo, a situação não se apresentava melhor do que a dos operários lisboetas, já que as receitas de um casal de jornaleiros eram irregulares ao longo do ano e raramente permitiam mais do que viver o «dia a dia, estreitamente, mais ou menos bem ou mal, como se quiser dizer, segundo o que se encontra de dinheiro em casa». Isto é, não lhes era possível fazer economias e, como tal, ficavam «à mercê de todos os acasos»[101].

Em condições piores viviam os pequenos proprietários/assalariados agrícolas temporários, que, conforme refere António Telo, não só não retiravam das suas terras o suficiente para viver, como por causa delas não trabalhavam nos meses em que os salários eram mais altos (veja-se o caso dos beirões que só vinham trabalhar para o Alentejo no Outono e Inverno) e se endividavam para sobreviver e não perder a sua condição de proprietários[102].

Os dados conhecidos sobre salários, preços e situação do mercado de trabalho apontam no sentido de um agravamento das condições de vida a partir da crise de finais dos anos 1880, que pode ser medido pela evolução do consumo de alguns bens. Assim, por exemplo, o consumo *per capita* de carne, peixe, ovos, leite, queijo, etc. (produtos que não constituíam a base da alimentação, mas cujo consumo tinha vindo a crescer), sofreu uma retracção e no final do século o consumo de carne em Portugal rondaria os 20 kg/ano por habitante, enquanto na Inglaterra seria de 50 kg, na França de 35 kg e na Espanha de 29 kg. A subida dos preços também afectou o consumo de peixe e bacalhau, que diminuiu, enquanto o do vinho e bebidas alcoólicas aumentou[103].

A partir de 1910, as condições de vida dos trabalhadores parece terem melhorado, porque o custo de vida pouco subiu entre 1910 e 1913 (o índice

---

[99] Segundo o *Boletim do Trabalho Industrial,* n.º 49, de 1911, o custo de vida de uma família de cinco pessoas era de 800 réis diários.

[100] João Rodrigues Pinto Brandão, «Contributo para o estudo das casas operárias», in *Boletim do Trabalho Industrial,* n.º 66, Lisboa, 1912.

[101] L. Poinsard, *ob. cit.*

[102] António José Telo, *O Sidonismo e o Movimento Operário Português,* cit.

[103] Era de cerca de 120 litros/ano por habitante em Lisboa (Augusto da Silva Carvalho, *Os Impostos, a Alimentação e a Tuberculose,* Lisboa, 1903).

aumentou cerca de 1%) e os salários, sobretudo os rurais e alguns industriais, cresceram comparativamente mais. Esta melhoria das condições de vida dos trabalhadores decorreu, em parte, das lutas reivindicativas desencadeadas após a implantação da República. De facto, o movimento grevista foi relativamente fraco até ao início do século XX, intensificou-se a partir de 1903, mas manteve-se relativamente moderado e circunscrito ao sector industrial até Outubro de 1910[104]. Com a República o número de greves cresceu em flecha e estendeu-se ao mundo rural, até então praticamente à margem do movimento[105]. Entre Outubro e Dezembro de 1910 registaram-se 61 greves na indústria e as primeiras greves de trabalhadores rurais (Moura e Arronches). No ano seguinte, 80 greves na indústria e 48 na agricultura. As principais reivindicações eram, obviamente, os salários, mas também o horário e as condições de trabalho, e, no caso dos trabalhadores agrícolas, a contratação de jovens e de trabalhadores de fora da região.

A situação irá alterar-se durante a guerra, apesar de até finais da década de 1910 o custo de vida não ter subido tanto em Portugal como noutros países[106].

BALANÇO FINAL

Como se disse, o crescimento económico e a modernização do país verificados durante a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX não foram suficientes para recuperar do atraso relativamente aos países europeus mais desenvolvidos. E não o foram, em parte, porque o ritmo de crescimento foi desigual ao longo deste período. Praticamente todos os indicadores económicos apontam no sentido de uma nítida desaceleração do crescimento a partir de finais da década de 1880. Os anos 1890 foram mesmo de recessão económica: o produto interno bruto, a preços correntes, cresceu apenas 1,6% ao ano entre 1889 e 1899, enquanto na década anterior tinha aumentado 3,3% ao ano e a preços constantes (de 1914) diminuiu

[104] Fernando Emygdio da Silva, *As Greves,* cit., referencia 15 greves na década de 1870, 8 na década seguinte, 38 na década de 1890 e 18 entre 1900 e 1903, todas no sector industrial, e neste fundamentalmente nos têxteis, tabacos, tipografia e cortiça. Entre Janeiro de 1903 e Outubro de 1910 foram contabilizadas 87 greves, nomeadamente greves gerais nos têxteis e chapeleiros do Porto em 1903, nos tipógrafos de Lisboa em 1904 e nos têxteis da Covilhã em 1907 e 1909, várias greves noutros sectores e uma greve das crianças de 6 a 11 anos da indústria de estamparia dos Olivais em 1910.

[105] Anteriormente só se tinha registado uma greve de horticultores em 1898. Até Outubro de 1910 os trabalhadores rurais não estavam organizados sindicalmente, mas com a República o movimento estendeu-se rapidamente aos campos, sobretudo no Sul, e em Janeiro de 1912 já existiam 32 sindicatos rurais. Sobre este assunto, v. Emygdio da Silva, *ibid.,* César de Oliveira, *O Operariado e a República Democrática (1910 -1914),* Lisboa, 2.ª ed., 1974, e Joel Serrão e Oliveira Marques (dir.), *Nova História de Portugal,* vol. XI, Lisboa, 1991.

[106] Custódio de Mendonça, «A influência da guerra no custo da vida europeia», in *Boletim da Previdência Social,* ano I, n.º 1, Outubro a Dezembro de 1916, Lisboa, Imprensa Nacional, 1917.

naqueles anos; a produção industrial, a preços constantes, decresceu entre 1891 e 1896[107]; a produção agrícola, embora em menor grau, também sofreu uma quebra entre 1891 e 1894; os investimentos públicos, nomeadamente em infra-estruturas viárias, praticamente pararam na década de 1890, em consequência da crise financeira de 1891-1892, que «obrigou» Portugal a abandonar o padrão ouro e a suspender o pagamento de parte da dívida externa; os preços por grosso aumentaram cerca de 20% na década de 1890; o comércio ressentiu-se fortemente da retracção do consumo. A crise de finais dos anos 1880, inícios de 1890, frequentemente encarada como uma crise pontual e essencialmente de carácter financeiro, apresenta-se, de facto, como uma crise mais geral, «económica (agrícola, comercial, industrial), laboral, monetária, política e até moral» e prolongada[108].

Também os indicadores relativos a preços, salários e população activa indiciam um agravamento das condições de vida a partir de finais da década de 1880, ideia, aliás, expressa por muitos autores coevos e considerada, por vezes, exagerada. No meio urbano a situação parece ter sido mais grave devido ao constante afluxo de desempregados às cidades do Porto e de Lisboa[109]. O pólo de atracção que representava a capital e concelhos envolventes para os desempregados rurais, aliado ao facto de concentrar em si as maiores indústrias, contribuiu para que, nos períodos de crise, esta cidade aumentasse consideravelmente a sua população inactiva. Daí que no censo de 1911 Lisboa seja a terra portuguesa com menor taxa de população activa (407/00) e, portanto, com maior número de ociosos e vadios. De qualquer modo, o censo de 1911 regista uma diminuição geral da população activa, sobretudo feminina e agrícola, relativamente a 1890 e uma subida da população improdutiva e sem ocupação lucrativa. A taxa da população activa desceu de 501‰ para 427‰ entre 1890 e 1911 e a taxa da população inactiva subiu de 499‰ para 573‰ no mesmo período[110]. Comparativamente, a taxa da população activa portuguesa era inferior à italiana e francesa, e mais ainda se considerarmos que a produtividade do trabalho naqueles países era superior[111]. O maior desfalque na população

[107] Jaime Reis, «A produção industrial portuguesa, 1870-1914», *ob. cit.*

[108] A situação só começará a inverter-se em finais dos anos 90. Sobre este assunto, v. Rui Cascão, «A crise económica e social dos finais do século XIX», in *Revista Portuguesa de História,* t. XXVII, Coimbra, 1992.

[109] O custo médio das rações alimentares na Misericórdia de Lisboa e no Asilo das Criadas aumentou 25% entre 1888 e 1901, mas na venda a retalho a subida dos preços terá sido muito maior. As causas seriam o ágio do ouro e o aumento das rendas, impostos e transportes (Silva Carvalho, *ibid.*).

[110] *Boletim da Previdência Social,* ano I, n.º 2, Lisboa, 1917.

[111] As razões apontadas para que a produtividade do trabalho naqueles países fosse superior eram o nível de educação profissional, o desenvolvimento técnico, o investimento de capitais e o associativismo (J. Andrade Saraiva, «Distribuição das profissões em Portugal desde 1890 a 1911», in *Boletim da Previdência Social,* ano I, n.º 1, Outubro a Dezembro de 1916, Lisboa, Imprensa Nacional, 1917).

activa deu-se na agricultura. A taxa da população agrícola activa, que era de 305‰ em 1890, baixou para 242‰ em 1911, o que poderia ser um indicador positivo se, como noutros países, tal descida estivesse relacionada com o desenvolvimento da indústria, do comércio e do urbanismo. Ora, no caso português, a população activa agrícola decresceu 62,4‰ entre 1890 e 1911, mas a população activa industrial e comercial apenas aumentou 9,8‰. Logo, foi a emigração e a saída das mulheres dos trabalhos agrícolas, não seguramente por «absurdos preconceitos», como defendia então Saraiva[112], mas muito provavelmente por falta de trabalho e por pressão social, que motivaram tal quebra da população agrícola activa.

Só nos últimos anos do período em estudo, principalmente após a queda do regime monárquico e a implantação da República, é que, nalguns aspectos, se verificaram saltos qualitativos nas condições de trabalho e de vida das classes trabalhadoras. É o caso do descanso semanal e do horário de trabalho para a indústria e o comércio, que, apesar de terem sido decretados em 1907, só foram regulamentados e postos em execução após a proclamação da República: o primeiro em Janeiro de 1911 e o segundo em 1915[113].

Das crises que atingiram a economia portuguesa no período em estudo, 1853-1858, 1867-1870 e 1889-1892, esta última parece ter sido a que mais afectou as condições de vida da generalidade dos trabalhadores, ao desencadear a subida dos impostos, o aumento do desemprego, a baixa dos salários reais, a redução do horário de trabalho, as migrações internas (para o Sul e para as cidades) e externas (para Espanha) e a emigração, cujo principal destino era o Brasil. Ora, como este país atravessava então uma crise económica, o principal incentivo que poderia levar os Portugueses a optarem por esta via era a miséria e não a miragem de um enriquecimento fácil e rápido.

ANEXOS

No anexo 1 apresenta-se uma estimativa da força de trabalho arregimentada pelas grandes obras públicas do fontismo: construção e reparação de estradas (quadro n.º 1.1) e construção dos caminhos de ferro (quadro n.º 1.2), feita a partir dos dados coligidos e publicados por Fernanda Alegria sobre a extensão e a progressão anual da construção de estradas e vias férreas [Maria Fernanda Alegria, *A Organização dos Transportes em Portugal (1850-1910). As Vias e o Tráfego,* Lisboa, 1990], dos *ratios* ponderados por Villaverde Cabral para o número de trabalhadores por quilómetro de estrada/caminho de ferro construído (Manuel Villaverde Cabral, *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX,* Lisboa, 1977) e das estatísticas da Direcção-Geral das Obras Públicas sobre o número médio de jornaleiros e empreiteiros empregues semanalmente na conservação e na construção das estradas e dos caminhos de ferro do reino (in *Boletim do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria*).

[112] J. Andrade Saraiva, *ibid.*, p. 12.

[113] Em Janeiro de 1915 fixou-se o horário de trabalho para a indústria e o comércio e em Novembro desse ano para a agricultura.

Nos anexos 2 a 4 apresentam-se as séries de salários agrícolas e industriais relativas ao período de 1850 a 1913. No anexo 2 encontram-se os índices dos salários nominais (quadro n.º 2.1) e dos salários reais (quadro n.º 2.2) com base comum em 1913. Na construção destes índices seguiu-se a metodologia de Reher e Ballesteros — reduziram-se as séries de salários nominais constantes do anexo 4 a números-índices (anexo 3) e estabeleceu-se uma média simples (David Reher e Esmeralda Ballesteros, «Precios y salarios en Castilla la Nueva: la construccion de un indice de salarios reales, 1501-1991», in *Revista de Historia Economica,* ano XI, n.º 1, Madrid, 1993, p. 118). Para o sector industrial considerou-se também o índice dos salários da 1.ª Circunscrição, construído a partir dos dados do anexo 4 (sem a coluna relativa aos tabacos, pela distorção que provocava a disparidade anual dos seus valores e o montante dos mesmos). O índice dos salários reais foi calculado a partir do índice dos salários nominais e do índice do custo de vida de Ana Bela Nunes, Eugénia Mata e Nuno Valério («Portuguese economic growth, 1833-1985», in *Journal of European Economic History,* vol. 18, n.º 2, 1989).

Os índices dos salários agrícolas e industriais do anexo 3 (quadros n.os 3.1 a 3.3) têm base comum em 1867-1876, período para o qual foi possível conjugar o maior número de séries, e foram construídos a partir dos valores médios (em réis) dos salários diários de cada tarefa, excepto das sementeiras no sector agrícola masculino e de todas as actividades da 1.ª Circunscrição no sector industrial, porque as séries disponíveis não se ajustavam às restantes.

As séries dos salários nominais a preços correntes (em réis/dia), desagregadas por sectores de actividade, tarefas ou profissões e origem geográfica — exploração agrícola ou industrial, localidade ou região —, encontram-se no anexo 4 (quadros n.os 4.1 a 4.3). Os salários apresentados nestas tabelas correspondem a salários médios diários (a seco) de homens e mulheres adultos e de «moços» e «moças». Os salários dos menores não foram considerados, apesar de o seu peso ser crescente nalgumas tarefas, nomeadamente nas mondas e ceifas e na indústria têxtil, pelas distorções que provocavam no movimento geral dos salários. Também ficaram de fora todos os salários não diários, ou seja, os salários dos trabalhadores agrícolas permanentes ou dos pagos à tarefa, à peça ou por empreitada.

Fontes utilizadas nos anexos 2 a 4:

a) Para os salários agrícolas:

Anais do Município de Tomar.

BERNARDES, Joaquim de Oliveira da Silva, *Leiria no Século XIX — Aspectos Económicos,* Leiria, 1981.

Contas de despesa da Herdade de Rosado Fernandes (Reguengos) dos anos de 1903 a 1906 (documentação facultada pelo Prof. Jaime Reis).

Contas de receita e de despesa da Herdade de Água de Peixes (Évora) dos anos de 1869 a 1913, arquivo de Água de Peixes (documentação facultada pelo Prof. Jaime Reis, que a utilizou nos artigos «A lei da fome: as origens do protecconismo cerealífero, 1889-1914», in *Análise Social,* 15 (60), Lisboa, 1979, e «Latifúndio e progresso técnico: a difusão da debulha mecânica no Alentejo, 1860-1930», in *Análise Social,* 18 (71), Lisboa, 1982).

Lista de receitas e despesas da Herdade de Espirra (Montemor-o-Novo) dos anos de 1858 a 1863, arquivo do Tribunal da Boa Hora, processo n.º 3865.

Lista de salários da Quinta do Barreiro (Vila Real) dos anos de 1867 a 1891, arquivo da Casa de Mateus.

Lista de salários da Quinta do Costa (Vila Real) dos anos de 1867 a 1879, arquivo da Casa de Mateus.

Lista de salários da Quinta da Cumieira (Vila Real) dos anos de 1867 a 1891, arquivo da Casa de Mateus.

Lista de salários da Quinta de Mateus (Vila Real) dos anos de 1867 a 1892, arquivo da Casa de Mateus.

Lista de salários das Vinhas de Sabrosa (Sabrosa) dos anos de 1867 a 1879, arquivo da Casa de Mateus.

Livro de registo de mapas, n.os 1 a 8 (1855 a 1881), arquivo da Câmara Municipal de Avis (documentação facultada pelo Prof. David Justino, que a utilizou em *Preços e Salários em Portugal (1850-1912),* Lisboa, Banco de Portugal.

Livros de actas das vereações, arquivo da Câmara Municipal de Cascais (documentação facultada pelo Prof. David Justino, *ibid.*).

Livros de despesas da Herdade de Palma (Alcácer do Sal) dos anos agrícolas de 1872-1873 a 1913-1914, arquivo da Sociedade Agrícola da Herdade de Palma (presentemente depositado no ICS) .

Livros de despesas da Herdade da Pedra Alçada (Cabrela) dos anos agrícolas de 1888-1889 a 1907-1908, arquivo da Sociedade Agrícola da Herdade de Palma (presentemente depositado no ICS).

Livros de despesas da lavoura de Rio Frio (Aldeia Galega) dos anos agrícolas de 1872-1873 a 1891-192, arquivo da Herdade de Rio Frio.

Livros de liquidações dos frutos, arquivo da Câmara Municipal de Guimarães (documentação facultada pelo Prof. David Justino, *ibid.*).

ROQUE, João Lourenço, *Classes Populares no Distrito de Coimbra no Século XIX (1830-1870). Contributo para o Seu Estudo,* vol. I, t. II, Coimbra, 1982.

b) Para os salários industriais:

BERNARDES, Joaquim de Oliveira da Silva, *Leiria no Século XIX — Aspectos Económicos,* Leiria, 1981.

GIRÃO, Luís Ferreira, «Estudo sobre a indústria de cerâmica na 1.ª Circunscrição dos Serviços Téchnicos da Indústria», in *Boletim do Trabalho Industrial,* n.º 67, Lisboa, 1913.

«Relatório dos serviços da 1.ª Circunscrição dos Serviços Téchnicos da Indústria no anno de 1911», in *Boletim do Trabalho Industrial,* n.º 74, Lisboa, 1913.

GUIMARÃES, Paulo, *Indústria, Mineiros e Sindicatos — Universos Operários do Baixo Alentejo: dos Finais do Século XIX à Primeira Metade do Século XX,* «Estudos e Documentos», ICS, n.º 19, Lisboa, 1989.

Livro de registo de mapas, n.os 1 a 8 (1855 a 1881), arquivo da Câmara Municipal de Avis (documentação facultada pelo Prof. David Justino, *ibid.*).

Livros do registo de férias dos operários da Casa da Moeda de 1850 a 1893, arquivo da Casa da Moeda (documentação facultada pelo Prof. David Justino, *ibid.).*

PIMENTA, Carlos, *Salários e Preços do Século XIX - Análise Económica,* Coimbra, 1983.

ROQUE, João Lourenço, *Classes Populares no Distrito de Coimbra no Século XIX (1830-1870). Contributo para o Seu Estudo,* vol. I, t. II, Coimbra, 1982.

VILLARINHO S. ROMÃO, visconde de, «Relatório dos serviços da 1.ª Circunscrição dos Serviços Téchnicos da Indústria no anno de 1905», in *Boletim do Trabalho Industrial,* n.º 1, Lisboa, 1906.

«Relatório dos serviços da 1.ª Circunscrição dos Serviços Téchnicos da Indústria no anno de 1906», in *Boletim do Trabalho Industrial,* n.º 13, Lisboa, 1907.

«Relatório dos serviços da 1.ª Circunscrição dos Serviços Téchnicos da Indústria no anno de 1907», in *Boletim do Trabalho Industrial,* n.º 15, Lisboa, 1908.

«Relatório dos serviços da 1.ª Circunscrição dos Serviços Téchnicos da Indústria no anno de 1908», in *Boletim do Trabalho Industrial,* n.º 28, Lisboa, 1909.

«Relatório dos serviços da 1.ª Circunscrição dos Serviços Téchnicos da Indústria no anno de 1909», in *Boletim do Trabalho Industrial,* n.º 39, Lisboa, 1910.

ANEXO 1

Trabalhadores envolvidos na construção e reparação de estradas

[QUADRO N.º 1.1]

Anos	Extensão da rede (quilómetros)	Número de trabalhadores na conservação (0,6/km)	Quilómetros construídos	Número de trabalhadores na construção (100/km)	Anos	Extensão da rede (quilómetros)	Número de trabalhadores na conservação (0,6/km)	Quilómetros construídos	Número de trabalhadores na construção (100/km)
1850	167	100	167	16 760	1881	4 882	2 929	115	11 560
1851	201	120	33	3 390	1882	4 961	2 976	79	7 920
1852	206	123	4	470	1883	5 036	3 021	75	7 520
1853	218	131	12	1 220	1884	5 101	3 060	64	6 480
1854	422	253	204	20 410	1885	5 289	3 173	187	18 790
1855	475	285	53	5 310	1886	5 363	3 217	73	7 370
1856	675	403	199	19 990	1887	5 504	3 302	141	14 120
1857	793	476	118	11 810	1888	7 761*	4 660	?	?
1858	927	556	133	13 370	1889	7 959	4 775	192	19 240
1859	1 082	649	155	15 540	1890	8 535	5 121	575	57 570
1860	1 202	721	120	12 000	1891	8 696	5 217	161	16 100
1861	1 337	802	134	13 490	1892	8 823	5 293	126	12 690
1862	1 436	861	98	9 880	1893	9 137	5 482	313	31 370
1863	1 571	943	135	13 540	1894	9 462	5 677	325	32 550
1864	1 790	1 074	218	21 820	1895	9 753	5 851	290	29 060
1865	2 024	1 214	234	23 450	1896	9 901	5 940	147	14 790
1866	2 229	1 337	204	20 450	1897	10 089	6 053	188	18 810
1867	2 465	1 479	236	23 600	1898	10 293	6 176	204	20 450
1868	2 714	1 628	249	24 930	1899	10 430	6 258	137	13 710
1869	2 888	1 732	174	17 400	1900	10 473	6 284	42	4 290
1870	3 108	1 864	219	21 990	1901	10 590	6 354	116	11 640
1871	3 254	1 952	146	14 660	1902	10 712	6 427	122	12 250
1872	3 411	2 046	156	15 660	1903	10 813	6 487	100	10 060
1873	3 520	2 112	108	10 890	1904	11 012	6 607	198	19 890
1874	3 684	2 210	164	16 420	1905	11 097	6 658	85	8 570
1875	3 879	2 327	194	19 490	1906	11 502	6 901	404	40 480
1876	4 072	2 443	193	19 320	1907	11 754	7 052	251	25 150
1877	4 301	2 581	229	22 920	1908	–	–	–	–
1878	4 571	2 670	148	14 820	1909	–	–	–	–
1879	4 567	2 740	117	11 730	1910	15 000	9 000	–	–
1880	4 766	2 859	199	19 930					

* Inclui as estradas distritais que a partir deste ano passaram para a rede do Estado.

Fontes: *Boletim do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria* (vários números e anos), Manuel Villaverde Cabral, *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX,* Lisboa, 1977, e Maria Fernanda Alegria, *A Organização dos Transportes em Portugal (1850-1910). As Vias e o Tráfego,* Lisboa, 1990.

Trabalhadores envolvidos na construção dos caminhos de ferro

[QUADRO N.º 1.2]

Anos	Extensão da rede (quilómetros)	Quilómetros construídos	Número de trabalhadores na construção (50/km)	Anos	Extensão da rede (quilómetros)	Quilómetros construídos	Número de trabalhadores na construção (50/km)
1850	–	–	–	1881	1 223	46	2 300
1851	–	–	–	1882	1 356	133	6 650
1852	–	–	–	1883	1 486	130	6 500
1853	–	–	–	1884	1 525	39	1 950
1854	–	–	–	1885	1 529	4	200
1855	–	–	–	1886	1 530	1	50
1856	36	36	1 800	1887	1 697	167	8 350
1857	51	15	750	1888	1 883	186	9 300
1858	69	18	900	1889	1 998	115	5 750
1859	69	–	–	1890	2 083	85	4 250
1860	69	–	–	1891	2 187	104	5 200
1861	146	77	3 850	1892	2 300	113	5 650
1862	207	61	3 050	1893	2 334	34	1 700
1863	453	246	12 300	1894	2 353	19	950
1864	699	246	12 300	1895	2 354	1	50
1865	699	–	–	1896	2 358	4	200
1866	699	–	–	1897	2 362	4	200
1867	699	–	–	1898	2 362	–	–
1868	699	–	–	1899	2 362	–	–
1869	719	20	1 000	1900	2 371	9	450
1870	766	47	2 350	1901	2 374	3	150
1871	791	25	1 250	1902	2 385	11	550
1872	791	–	–	1903	2 404	19	950
1873	818	27	1 350	1904	2 483	79	3 950
1874	818	–		1905	2 507	24	1 200
1875	938	120	6 000	1906	2 608	101	5 050
1876	938	–	–	1907	2 710	102	5 100
1877	952	14	700	1908	2 810	100	5 000
1878	1 014	62	3 100	1909	2 867	57	2 850
1879	1 099	85	4 250	1910	2 898	31	1 550
1880	1 177	78	3 900				

Fontes: *Boletim do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria* (vários números e anos); Manuel Villaverde Cabral, *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX*, Lisboa, 1977; Maria Fernanda Alegria, *A Organização dos Transportes em Portugal (1850--1910). As Vias e o Tráfego*, Lisboa, 1990.

ANEXO 2

Índice dos salários nominais*

(100 = 1913)

[QUADRO N.º 2.1]

Anos	Agricultura		Indústria (masculinos)	Anos	Agricultura		Indústria (masculinos)
	Masculinos	Femininos			Masculinos	Femininos	
1850	32	–	55	1882	73	105	77
1851	35	–	57	1883	75	105	86
1852	34	–	57	1884	77	107	76
1853	33	–	56	1885	78	102	88
1854	41	–	57	1886	79	100	88
1855	56	99	60	1887	74	96	86
1856	59	99	59	1888	73	103	87
1857	62	99	62	1889	73	96	84
1858	62	79	64	1890	70	91	84
1859	66	79	64	1891	73	96	84
1860	68	99	64	1892	78	102	90
1861	74	99	64	1893	74	98	81
1862	82	119	69	1894	73	106	84
1863	90	119	69	1895	78	100	90
1864	75	119	70	1896	70	98	86
1865	76	99	71	1897	72	99	88
1866	76	79	71	1898	79	104	87
1867	67	79	72	1899	83	115	108
1868	60	99	70	1900	91	137	107
1869	62	96	68	1901	85	112	80
1870	60	95	67	1902	81	97	80
1871	61	95	69	1903	88	106	80
1872	67	101	71	1904	84	98	84
1873	72	112	76	1905	83	91	92
1874	71	91	77	1906	86	95	94
1875	72	94	80	1907	82	91	97
1876	73	97	79	1908	87	108	98
1877	73	115	82	1909	82	89	90
1878	75	107	79	1910	83	96	98
1879	76	103	74	1911	94	110	95
1880	74	107	75	1912	94	98	100
1881	75	109	75	1913	100	100	100

* Construído a partir dos índices do anexo 3 e, no caso dos salários industriais, daqueles e dos da 1.ª Circunscrição.

Índice dos salários reais**

(100 = 1913)

[QUADRO N.º 2.2]

Anos	Agricultura	Indústria	Anos	Agricultura	Indústria
1850	58	101	1882	89	94
1851	70	115	1883	95	110
1852	71	117	1884	107	105
1853	54	91	1885	112	127
1854	54	76	1886	110	123
1855	77	82	1887	107	124
1856	64	64	1888	73	103
1857	81	82	1889	73	96
1858	90	92	1890	83	99
1859	86	83	1891	89	102
1860	92	86	1892	93	107
1861	93	81	1893	86	94
1862	103	86	1894	83	96
1863	118	91	1895	94	108
1864	95	88	1896	83	102
1865	100	93	1897	79	97
1866	96	89	1898	84	92
1867	78	85	1899	90	116
1868	76	88	1900	101	119
1869	80	87	1901	95	90
1870	81	92	1902	94	93
1871	85	97	1903	99	90
1872	94	100	1904	88	88
1873	76	81	1905	88	98
1874	91	100	1906	91	100
1875	91	103	1907	88	104
1876	92	100	1908	91	103
1877	81	91	1909	86	93
1878	84	89	1910	90	106
1879	89	87	1911	96	97
1880	93	95	1912	97	103
1881	92	93	1913	100	100

** Determinado com base na tabela n.º 2.1 e no índice do custo de vida calculado por Ana Bela Nunes, Eugénia Mata e Nuno Valério, «Portuguese growth», cit.

ANEXO 3

Índice dos salários agrícolas masculinos*

(100 =1867-1876)

[QUADRO N.º 3.1]

Anos	A	B	C	D	E	F	G	H	I	K	M	N	O	P	Q
1850 . . .	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	62	32
1851 . . .	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	72	32
1852 . . .	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	70	32
1853 . . .	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	67	32
1854 . . .	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	78	43
1855 . . .	–	–	–	–	–	–	–	–	–	103	–	–	118	93	22
1856 . . .	–	–	–	–	–	–	–	–	–	112	–	82	109	90	43
1857 . . .	–	–	–	–	–	–	–	–	–	103	–	86	126	102	43
1858 . . .	–	–	–	–	–	–	–	–	–	103	–	86	131	100	43
1859 . . .	–	132	–	–	–	79	–	150	–	103	–	89	98	94	43
1860 . . .	–	131	–	–	–	79	–	175	–	103	–	82	108	93	43
1861 . . .	–	141	–	–	–	–	–	161	–	120	–	92	120	92	43
1862 . . .	–	159	–	–	–	84	–	192	–	124	–	103	131	102	86
1863 . . .	–	158	–	–	–	–	–	194	–	112	–	–	131	115	97
1864 . . .	–	–	–	–	–	–	–	–	–	129	–	123	101	110	97
1865 . . .	–	–	–	–	–	–	–	–	–	129	–	123	113	107	97
1866 . . .	–	–	–	–	–	–	–	–	–	120	–	123	118	106	97
1867 . . .	–	78	–	–	–	–	–	79	–	86	–	119	116	103	113
1868 . . .	95	83	–	–	–	–	–	79	76	101	–	110	75	98	91
1869	95	81	–	–	–	–	–	86	99	94	–	105	89	96	91
1870 . . .	95	96	–	–	–	–	91	84	67	103	–	95	78	92	86
1871 . . .	95	93	–	–	–	–	91	87	98	101	–	84	75	96	86
1872 . . .	103	112	97	99	–	–	104	105	87	109	–	89	96	–	99
1873 . . .	107	114	97	99	111	105	107	113	125	103	–	99	110	105	105
1874 . . .	103	111	97	99	–	–	98	119	111	103	–	99	120	98	105
1875 . . .	107	116	97	106	89	95	117	125	117	99	100	103	114	104	110
1876 . . .	98	118	111	99	–	–	91	124	118	103	–	96	125	109	110
1877 . . .	102	112	125	–	106	84	104	127	126	109	104	98	101	122	110
1878 . . .	102	122	125	106	88	89	117	136	116	109	–	96	105	127	123
1879 . . .	106	145	125	106	89	89	117	140	115	116	104	98	118	102	123
1880 . . .	98	116	125	106	82	90	107	158	97	114	–	110	114	111	116
1881 . . .	106	116	139	106	94	88	130	159	94	103	–	99	111	109	112
1882 . . .	105	111	125	113	82	94	107	144	97	103	–	–	–	109	114
1883 . . .	105	104	125	134	97	82	111	136	103	103	104	96	–	144	114
1884 . . .	104	98	125	113	102	82	124	169	86	116	104	–	–	159	114
1885 . . .	109	97	139	120	78	120	107	169	92	107	104	96	–	155	124
1886 . . .	102	102	139	106	118	105	117	175	97	107	104	96	–	151	124
1887 . . .	101	106	125	113	125	108	107	92	91	107	104	96	–	145	122
1888 . . .	108	106	111	120	124	84	104	97	95	112	104	96	–	148	122
1889 . . .	105	107	125	106	117	84	100	140	87	103	94	89	–	136	122
1890 . . .	106	104	111	102	91	79	101	137	98	99	104	87	–	138	113
1891 . . .	107	107	111	106	109	83	99	138	93	112	104	102	–	134	113
1892 . . .	107	110	125	123	118	93	102	175	92	112	104	92	–	163	113
1893 . . .	108	115	111	141	94	99	102	–	–	107	–	104	–	128	110
1894 . . .	110	115	125	120	92	96	102	–	–	112	104	92	–	124	110
1895 . . .	112	115	208	106	86	100	100	–	–	112	104	95	–	137	118
1896 . . .	108	119	111	113	98	92	92	–	–	103	104	82	–	128	108
1897 . . .	108	112	–	120	95	81	88	–	–	146	–	81	–	133	108
1898 . . .	109	118	–	113	99	102	100	–	–	–	104	93	–	130	215
1899 . . .	112	115	97	120	125	105	97	–	–	129	104	99	–	174	215

Anos	A	B	C	D	E	F	G	H	I	K	M	N	O	P	Q
1900	112	186	138	122	115	117	109	–	–	97	104	–	–	172	215
1901	116	167	148	107	120	111	107	–	–	93	104	103	–	–	215
1902	119	134	122	110	106	86	115	–	–	103	104	109	–	–	215
1903	123	134	166	117	108	124	114	–	–	124	104	110	–	–	215
1904	114	128	171	112	88	106	105	–	–	131	104	103	–	–	215
1905	106	121	170	101	106	119	106	–	–	112	104	103	–	–	215
1906	114	115	210	91	96	128	106	–	–	127	104	96	–	–	215
1907	109	109	206	80	96	120	–	–	–	100	104	96	–	–	215
1908	112	135	207	100	118	106	102	–	–	129	104	94	–	–	215
1909	113	98	167	98	103	102	130	–	–	112	104	106	–	–	215
1910	121	126	165	101	112	79	98	–	–	130	–	106	–	–	215
1911	123	–	259	114	106	112	163	–	–	126	146	113	–	–	–
1912	126	151	203	106	106	–	–	213	–	119	125	113	–	–	–
1913	127	176	234	106	99	151	–	213	–	138	125	123	–	–	–

Índice dos salários agrícolas femininos*

(100=1867-1876)

[QUADRO N.º 3.2]

Anos	C	E	F	J	L	Anos	C	E	F	J	L
1850.....	–	–	–	–	–	1882.....	144	93	90	100	112
1851.....	–	–	–	–	–	1883.....	–	143	97	91	102
1852.....	–	–	–	–	–	1884.....	–	121	94	92	133
1853.....	–	–	–	–	–	1885.....	131	101	97	92	102
1854.....	–	–	–	–	–	1886.....	92	132	87	91	112
1855.....	–	–	–	–	102	1887.....	105	104	87	97	102
1856.....	–	–	–	–	102	1888.....	105	146	78	90	112
1857.....	–	–	–	–	102	1889.....	105	93	87	90	122
1858.....	–	–	–	–	82	1890.....	105	89	70	85	122
1859.....	–	–	–	–	82	1891.....	105	93	75	91	133
1860.....	–	–	–	–	102	1892.....	105	110	87	91	133
1861.....	–	–	–	–	102	1893.....	105	81	93	–	122
1862.....	–	–	–	–	122	1894.....	118	109	89	–	122
1863.....	–	–	–	–	122	1895.....	92	84	95	–	143
1864.....	–	–	–	–	122	1896.....	105	87	70	–	143
1865.....	–	–	–	–	102	1897.....	105	74	85	–	143
1866.....	–	–	–	–	82	1898.....	118	95	92	–	122
1867.....	–	–	–	–	82	1899.....	105	120	126	–	122
1868.....	–	–	–	102	102	1900.....	105	152	148	–	159
1869.....	–	–	–	95	102	1901.....	105	114	134	–	108
1870.....	–	83	–	108	102	1902.....	–	102	92	–	107
1871.....	–	76	–	115	102	1903.....	114	109	106	–	107
1872.....	–	90	–	105	116	1904.....	105	95	103	–	–
1873.....	–	139	130	92	102	1905.....	88	99	93	–	–
1874.....	92	90	–	90	102	1906.....	93	80	120	–	–
1875.....	105	122	70	97	92	1907.....	97	81	105	–	–
1876.....	105	96	–	98	102	1908.....	114	116	102	–	–
1877.....	131	134	104	110	112	1909.....	92	118	66	–	–
1878.....	118	123	93	105	112	1910.....	105	113	78	–	99
1879.....	131	113	78	105	102	1911.....	133	93	109	–	117
1880.....	118	110	101	107	116	1912.....	107	96	–	–	101
1881.....	131	124	100	100	109	1913.....	104	105	108	–	96

A=lavar; B=cavar; C=gradar; D=gadanhar; E=mondar; F=ceifar; G=debulhar; H=podar; I=redra; J=enxovar; K=varejar; L=apanhar azeitona; M=tirar cortiça; N=limpezas; O=foice e moeira; P=trabalhadores rurais; Q=homens de jeira.

Índice dos salários industriais*

100=1867/1876

[QUADRO N.º 3.3]

Anos	R	S	T	U	V	W	X	Anos	R	S	T	U	V	W	X
1850 . . .	–	62	–	87	88	–	67	1882 . . .	–	102	–	–	100	–	117
1851 . . .	–	60	–	88	88	–	77	1883 . . .	–	102	–	–	100	–	155
1852 . . .	–	62	–	88	88	–	75	1884 . . .	–	100	–	–	100	–	113
1853 . . .	–	62	–	86	88	–	72	1885 . . .	–	99	–	–	100	–	166
1854 . . .	–	62	–	87	83	–	84	1886 . . .	–	102	–	–	100	–	162
1855 . . .	–	62	–	88	83	–	100	1887 . . .	–	100	–	–	100	–	155
1856 . . .	–	60	–	88	83	–	92	1888 . . .	–	100	–	–	100	–	159
1857 . . .	–	70	–	93	86	–	95	1889 . . .	–	101	–	–	100	–	147
1858 . . .	–	72	–	90	87	–	102	1890 . . .	–	101	–	–	100	–	148
1859 . . .	–	74	–	95	87	–	97	1891 . . .	–	102	–	–	100	–	144
1860 . . .	–	73	–	95	87	–	96	1892 . . .	–	97	–	–	100	–	175
1861 . . .	–	77	–	94	87	–	93	1893 . . .	–	98	–	–	100	–	138
1862 . . .	94	78	–	98	87	–	119	1894 . . .	–	99	–	–	–	–	134
1863 . . .	102	75	–	103	87	–	111	1895 . . .	–	100	–	–	–	–	147
1864 . . .	100	80	–	103	82	–	115	1896 . . .	–	100	–	–	–	–	137
1865 . . .	96	81	–	103	100	–	107	1897 . . .	–	100	–	–	–	–	143
1866 . . .	100	78	–	101	100	–	108	1898 . . .	–	101	–	–	–	–	140
1867 . . .	100	99	82	102	100	113	101	1899 . . .	–	110	–	–	–	–	187
1868 . . .	100	96	81	101	100	100	95	1900 . . .	–	110	–	–	–	–	185
1869 . . .	100	94	76	100	100	98	88	1901 . . .	–	110	–	–	–	–	–
1870 . . .	100	93	89	97	100	90	82	1902 . . .	–	110	–	–	–	–	–
1871 . . .	102	93	95	99	100	94	88	1903 . . .	–	110	–	–	–	–	–
1872 . . .	–	96	101	–	100	96	–	1904 . . .	–	115	–	–	–	–	–
1873 . . .	–	103	108	–	100	103	113	1905 . . .	–	115	–	–	–	–	–
1874 . . .	–	105	115	–	100	109	105	1906 . . .	–	115	–	–	–	–	–
1875 . . .	–	109	128	–	100	105	112	1907 . . .	–	125	–	–	–	–	–
1876 . . .	–	111	127	–	100	92	117	1908 . . .	–	125	–	–	–	–	–
1877 . . .	–	111	127	–	100	96	131	1909 . . .	–	125	–	–	–	–	–
1878 . . .	–	102	116	–	100	92	136	1910 . . .	–	133	–	–	–	–	–
1879 . . .	–	100	110	–	100	90	109	1911 . . .	–	138	–	–	–	–	–
1880 . . .	–	104	110	–	100	87	119	1912 . . .	–	138	–	–	–	–	–
1881 . . .	–	108	109	–	100	84	117	1913 . . .	–	138	–	–	–	–	–

R=carpinteiros; S=pedreiros; serralheiros; U=artes mecânicas; V=fundição; W=minas; X=obras públicas.

Fontes: Anexo 4 (valores médios dos salários de cada tarefa).

Salários a

[salários mé

[QUADRO N.º 4.1]

Anos	Cavar					Ceifar			Debulhar			Foice	Gadanhar		Gradar	Homem de jeira					La	
	Pedra Alçada	Espirra	Rio Frio	Palma	Douro	Pedra Alçada	Espirra	Palma (*a*)	Água de Peixes	Pedra Alçada	Palma	Avis (*b*)	Pedra Alçada	Palma	Palma (*c*)	Cascais	Guimarães	Oeiras	Tomar	Vila Real	Água de Peixes	Pedra Alçada
	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	60	–	–	–	–	–
1851	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	60	–	–	–	–	–
1852	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	60	–	–	–	–	–
1853	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	60	–	–	–	–	–
1854	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	80	–	–	–	–	–
1855	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	360	–	–	–	–	40	–	–	–	–	–
1856	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	334	–	–	–	–	80	–	–	–	–	–
1857	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	387	–	–	–	–	80	–	–	–	–	–
1858	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	400	–	–	–	–	80	–	–	–	–	–
1859	–	299	–	–	–	–	300	–	–	–	–	300	–	–	–	–	80	–	–	–	–	–
1860	–	297	–	–	–	–	300	–	–	–	–	329	–	–	–	–	80	–	–	–	–	–
1861	–	320	–	–	–	–	–	–	–	–	–	368	–	–	–	–	80	–	–	–	–	–
1862	–	360	–	–	–	–	320	–	–	–	–	400	–	–	–	–	160	–	–	–	–	–
1863	–	358	–	–	–	–	–	–	–	–	–	400	–	–	–	–	180	–	–	–	–	–
1864	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	308	–	–	–	–	180	–	–	–	–	–
1865	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	345	–	–	–	–	180	–	–	–	–	–
1866	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	360	–	–	–	–	180	–	–	–	–	–
1867	–	–	–	–	177	–	–	–	–	–	–	355	–	–	–	240	180	–	–	–	–	–
1868	–	–	–	–	189	–	–	–	–	–	–	228	–	–	–	160	180	–	–	–	240	–
1869	–	–	–	–	183	–	–	–	–	–	–	273	–	–	–	160	180	–	–	–	240	–
1870	–	–	–	–	219	–	–	–	280	–	–	240	–	–	–	160	180	–	140	–	240	–
1871	–	–	–	–	211	–	–	–	280	–	–	230	–	–	140	160	180	140	160	–	240	–
1872	–	–	300	240	221	–	–	–	280	–	360	293	–	280	140	160	180	240	160	–	280	–
1873	–	–	280	260	236	–	–	400	300	–	360	338	–	280	140	160	180	280	160	–	280	–
1874	–	–	280	240	235	–	–	–	300	–	–	367	–	280	140	160	200	260	160	–	280	–
1875	–	–	280	–	248	–	–	362	–	–	360	348	–	300	–	160	200	300	160	–	280	–
1876	–	–	300	–	236	–	–	–	280	–	–	384	–	280	160	160	200	300	160	–	253	–
1877	–	–	300	240	220	–	–	320	280	–	360	308	–	–	180	160	200	300	160	–	273	–
1878	–	–	320	240	272	–	–	339	–	–	360	320	–	300	180	160	200	300	160	320	273	–
1879	–	–	440	280	269	–	–	338	–	–	360	360	–	300	180	160	200	300	160	320	268	–
1880	–	–	320	240	230	–	–	344	300	–	360	350	–	300	180	160	200	240	160	320	250	–
1881	–	–	280	300	209	–	–	334	–	–	400	340	–	300	200	160	200	220	160	300	264	–
1882	–	–	–	260	242	–	–	359	300	–	360	–	–	320	180	160	240	220	140	300	260	–
1883	–	–	–	260	211	–	–	311	320	–	360	–	–	380	180	160	240	220	140	300	260	–

O 4

as masculinos

iários (em réis)]

vrar			Limpezas (*d*)				Mondar	Podar			Redra	Semear			Tirar cortiça		Trabalhadores rurais			Varejar			
	Palma	Rosado Fernandes	Água de Peixes	Pedra Alçada	Espirra	Avis	Palma (*e*)	Espirra	Rio Frio	Douro	Douro	Pedra Alçada	Espirra	Palma	Pedra Alçada	Palma	Coimbra	Leiria	Aveiro	Água de Peixes	Espirra	Palma	Avis
	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	114	–	–	–	–	–	–
	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	132	–	–	–	–	–	–
	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	129	–	–	–	–	–	–
	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	123	–	–	–	–	–	–
	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	144	–	–	–	–	–	–
	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	171	–	–	–	–	–	240
	–	–	–	–	–	240	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	157	175	–	–	–	–	260
	–	–	–	–	–	250	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	163	211	–	–	–	–	240
	–	–	–	–	240	260	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	174	195	–	–	240	–	240
	–	–	–	–	240	280	–	240	–	–	–	–	285	–	–	–	166	180	–	–	–	–	240
	–	–	–	–	240	–	–	280	–	–	–	–	268	–	–	–	164	180	–	–	240	–	240
	–	–	–	–	260	280	–	257	–	–	–	–	–	–	–	–	160	180	–	–	–	–	280
	–	–	–	–	–	300	–	307	–	–	–	–	307	–	–	–	204	200	160	–	–	–	290
	–	–	–	–	–	–	–	311	–	–	–	–	–	–	–	–	190	207	240	–	–	–	260
	–	–	–	–	–	360	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	197	210	200	–	–	–	300
	–	–	–	–	–	360	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	183	206	200	–	–	–	300
	–	–	–	–	–	360	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	185	202	200	–	–	–	280
	–	–	–	–	–	347	–	–	–	127	–	–	–	–	–	–	173	198	200	–	–	–	200
	–	–	–	–	–	320	–	–	–	126	112	–	–	–	–	–	163	179	200	250	–	–	220
	–	–	–	–	–	307	–	–	–	137	145	–	–	–	–	–	150	180	200	240	–	–	200
	–	–	240	–	–	315	–	–	–	135	99	–	–	–	–	–	140	170	200	240	–	–	240
	–	–	250	–	–	240	–	–	–	139	144	–	–	–	–	–	150	179	200	240	–	–	230
	240	–	260	–	–	260	–	–	200	136	127	–	–	–	–	–	–	–	–	240	–	240	280
	260	–	280	–	–	300	348	–	200	160	184	–	–	–	–	–	193	–	–	240	–	–	240
	240	–	280	–	–	300	–	–	220	160	163	–	–	–	–	–	180	–	–	240	–	240	240
	260	–	280	–	–	320	279	–	240	161	172	–	–	–	–	480	192	–	–	240	–	–	220
	240	–	280	–	–	280	–	–	240	156	173	–	–	–	–	–	200	–	–	240	–	–	240
	240	–	290	–	–	280	333	–	240	168	186	–	–	–	–	500	224	–	–	240	–	240	280
	240	–	280	–	–	280	277	–	280	155	171	–	–	–	–	–	233	–	–	240	–	240	280
	265	–	–	–	–	287	278	–	300	148	169	–	–	–	–	500	187	–	–	240	–	–	300
	246	–	–	–	–	320	257	–	340	165	142	–	–	–	–	–	204	–	–	240	–	240	320
	258	–	260	–	–	320	295	–	340	167	138	–	–	–	–	–	200	–	–	240	–	240	–
	267	–	–	–	–	–	256	–	320	141	143	–	–	–	–	–	200	–	–	240	–	240	–
	267	–	280	–	–	–	303	–	300	137	151	–	–	–	–	500	265	–	–	240	–	–	–

Anos	Cavar					Ceifar			Debulhar			Foice	Gadanhar		Gradar	Homem de jeira					La	
	Pedra Alçada	Espirra	Rio Frio	Palma	Douro	Pedra Alçada	Espirra	Palma (*a*)	Água de Peixes	Pedra Alçada	Palma	Avis (*b*)	Pedra Alçada	Palma	Palma (*c*)	Cascais	Guimarães	Oeiras	Tomar	Vila Real	Água de Peixes	Pedra Alçada
1884	–	–	–	260	186	–	–	311	–	–	380	–	–	320	180	200	240	220	140	260	252	–
1885	–	–	–	260	181	–	–	456	300	–	360	–	–	340	200	200	240	220	–	260	260	–
1886	–	–	–	260	204	–	–	400	–	–	360	–	–	300	200	200	240	220	–	260	253	–
1887	–	–	–	280	203	–	–	410	300	–	360	–	–	320	180	200	–	220	–	260	250	–
1888	–	–	–	280	203	–	–	320	300	–	340	–	–	340	160	200	–	220	–	260	267	267
1889	–	–	–	280	208	280	–	360	300	265	360	–	280	320	180	200	–	220	–	260	248	265
1890	–	–	–	260	214	280	–	320	300	267	360	–	280	300	160	200	–	220	140	280	252	269
1891	–	–	–	260	228	–	–	315	280	268	360	–	–	300	160	200	–	220	140	280	270	256
1892	–	–	–	260	238	300	–	407	300	280	360	–	400	300	180	200	–	220	140	280	267	263
1893.	–	–	–	260	–	–	–	377	300	280	360	–	500	300	160	200	–	200	140	280	280	268
1894	240	–	–	280	–	339	–	390	300	295	340	–	–	340	180	200	–	200	140	280	280	275
1895	260	–	–	260	–	341	–	420	300	282	340	–	–	300	300	200	–	200	200	280	290	274
1896	220	–	–	320	–	309	–	390	280	246	320	–	–	320	160	200	–	–	–	–	280	253
1897	254	–	–	–	–	309	–	–	300	243	–	–	–	340	–	200	–	–	–	–	267	248
1898	257	–	–	280	–	346	–	430	300	244	380	–	–	320	–	400	–	–	–	–	280	263
1899	–	–	–	260	–	–	–	400	300	253	340	–	–	340	140	400	–	–	–	–	280	265
1900	–	–	–	422	–	–	–	447	300	–	370	–	–	347	199	400	–	–	–	–	290	260
1901	–	–	–	378	–	–	–	425	300	–	360	–	–	305	213	400	–	–	–	–	280	279
1902	–	–	–	304	–	–	–	327	340	334	386	–	–	313	175	400	–	–	–	–	307	294
1903	–	–	–	305	–	–	–	473	340	–	359	–	–	333	239	400	–	–	–	–	310	312
1904	–	–	–	290	–	–	–	405	300	–	342	–	–	319	246	400	–	–	–	–	300	300
1905	–	–	–	274	–	538	–	373	300	300	373	–	–	286	245	400	–	–	–	–	300	288
1906	259	–	–	263	–	530	–	442	300	320	360	–	–	259	302	400	–	–	–	–	300	260
1907	–	–	–	248	–	–	–	456	400	300	354	–	–	228	296	400	–	–	–	–	300	259
1908	–	–	–	307	–	502	–	309	–	–	312	–	–	283	298	400	–	–	–	–	307	242
1909	–	–	–	222	–	–	–	388	400	–	–	–	–	277	241	400	–	–	–	–	300	–
1910	–	–	–	286	–	–	–	301	300	–	–	–	–	286	238	400	–	–	–	–	310	–
1911	–	–	–	–	–	–	–	426	500	–	–	–	–	325	373	–	–	–	–	–	320	–
1912	–	–	–	286	400	–	–	–	–	–	–	–	–	302	292	–	–	–	–	–	320	–
1913	–	–	–	–	400	–	–	574	–	–	–	–	–	301	337	–	–	–	–	–	320	–

vrar		Limpezas (*d*)				Mondar	Podar			Redra	Semear			Tirar cortiça		Trabalhadores rurais			Varejar			
Palma	Rosado Fernandes	Água de Peixes	Pedra Alçada	Espirra	Avis	Palma (*e*)	Espirra	Rio Frio	Douro	Douro	Pedra Alçada	Espirra	Palma	Pedra Alçada	Palma	Coimbra	Leiria	Aveiro	Água de Peixes	Espirra	Palma	Avis
270	–	–	–	–	–	319	–	400	142	126	–	–	–	–	500	293	–	–	240	–	300	–
291	–	280	–	–	–	245	–	400	142	136	–	–	–	–	500	285	–	–	240	–	260	–
260	–	280	–	–	–	369	–	400	159	143	–	–	–	–	500	277	–	–	240	–	260	–
260	–	280	–	–	–	391	–	–	146	134	–	–	–	–	500	266	–	–	240	–	260	–
280	–	280	–	–	–	390	–	–	155	140	267	–	–	–	500	272	–	–	240	–	280	–
280	–	280	240	–	–	368	–	300	146	128	265	–	–	400	500	251	–	–	240	–	–	–
280	–	270	240	–	–	284	–	280	159	143	–	–	–	–	500	253	–	–	240	–	220	–
284	–	290	306	–	–	342	–	300	142	137	–	–	–	–	500	247	–	–	–	–	260	–
279	–	280	255	–	–	370	–	280	–	135	–	–	–	500	500	300	–	–	–	–	260	–
270	–	300	309	–	–	294	–	–	–	–	–	–	–	–	–	236	–	–	260	–	240	–
276	–	280	256	–	–	289	–	–	–	–	–	–	–	500	500	229	–	–	260	–	260	–
283	–	290	267	–	–	270	–	–	–	–	300	–	–	–	500	252	–	–	260	–	260	–
281	–	–	240	–	–	306	–	–	–	–	236	–	–	500	500	235	–	–	–	–	240	–
301	–	–	236	–	–	296	–	–	–	–	280	–	–	–	–	245	–	–	–	–	340	–
282	–	–	271	–	–	309	–	–	–	–	280	–	–	500	500	240	–	–	–	–	–	–
300	–	300	278	–	–	392	–	–	–	–	–	–	–	–	500	320	–	–	–	–	300	–
294	–	–	–	–	–	359	–	–	–	–	–	–	–	–	500	316	–	–	–	–	225	–
317	–	–	302	–	–	375	–	–	–	–	300	–	–	–	500	–	–	–	–	–	216	–
302	–	–	317	–	–	332	–	–	–	–	–	–	311	500	500	–	–	–	–	–	241	–
306	–	–	321	–	–	337	–	–	–	–	–	–	–	–	500	–	–	–	–	–	288	–
309	240	–	301	–	–	276	–	–	–	–	–	–	–	500	500	–	–	–	–	–	306	–
279	200	300	301	–	–	331	–	–	–	–	284	–	400	–	500	–	–	–	–	–	260	–
300	–	300	261	–	–	300	–	–	–	–	–	–	–	–	500	–	–	–	–	–	296	–
265	–	300	261	–	–	300	–	–	–	–	253	–	400	–	500	–	–	–	–	–	234	–
300	–	310	240	–	–	369	–	–	–	–	–	–	–	500	500	–	–	–	–	–	300	–
270	–	310	–	–	–	322	–	–	–	–	–	–	400	–	500	–	–	–	–	–	262	–
300	–	310	–	–	–	351	–	–	–	–	–	–	–	–	500	–	–	–	300	–	306	–
300	–	330	–	–	–	331	–	–	–	–	–	–	–	–	700	–	–	–	320	–	265	–
314	–	330	–	–	–	339	–	–	340	–	–	–	400	–	600	–	–	–	310	–	244	–
322	–	360	–	–	–	310	–	–	340	–	–	–	400	–	600	–	–	–	–	–	321	–

Salários agrícolas femininos

Salários médios diários (em réis)

[QUADRO N.º 4.2]

Anos	Apanhar azeitona			Ceifar		Enxofrar	Gradar	Mondar		
	Água de Peixes	Palma	Avis	Pedra Alçada	Palma (*f*)	Douro (*g*)	Palma	Água de Peixes	Pedra Alçada	Palma (*h*)
1850	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
1851	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
1852	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
1853	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
1854	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
1855	–	–	100	–	–	–	–	–	–	–
1856	–	–	100	–	–	–	–	–	–	–
1857	–	–	100	–	–	–	–	–	–	–
1858	–	–	80	–	–	–	–	–	–	–
1859	–	–	80	–	–	–	–	–	–	–
1860	–	–	100	–	–	–	–	–	–	–
1861	–	–	100	–	–	–	–	–	–	–
1862	–	–	120	–	–	–	–	–	–	–
1863	–	–	120	–	–	–	–	–	–	–
1864	–	–	120	–	–	–	–	–	–	–
1865	–	–	100	–	–	–	–	–	–	–
1866	–	–	80	–	–	–	–	–	–	–
1867	–	–	80	–	–	–	–	–	–	–
1868	100	–	100	–	–	88	–	–	–	–
1869	100	–	100	–	–	82	–	–	–	–
1870	100	–	100	–	–	93	–	120	–	–
1871	100	–	100	–	–	99	–	110	–	–
1872	100	120	120	–	–	90	–	120	–	140
1873	100	–	100	–	300	79	–	–	–	200
1874	100	100	100	–	–	77	140	140	–	120
1875	100	–	80	–	160	83	160	–	–	176
1876	100	–	100	–	–	84	160	140	–	137
1877	100	–	120	–	240	95	200	140	–	247
1878	100	–	120	–	214	90	180	140	–	213
1879	100	–	–	–	180	90	200	120	–	204
1880	100	120	120	–	232	92	180	120	–	196
1881	100	100	120	–	229	86	200	–	–	179
1882	100	120	–	–	208	208	220	120	–	148
1883	100	–	–	–	224	224	–	–	–	207
1884	100	160	–	–	217	217	–	120	–	230
1885	100	100	–	–	223	223	200	140	–	152
1886	100	120	–	–	200	200	140	140	–	240
1887	100	–	–	–	200	200	160	120	–	180
1888	100	120	–	–	180	180	160	–	–	210
1889	100	140	–	–	200	200	160	110	101	190
1890	100	140	–	–	160	160	160	100	107	180
1891	100	160	–	–	173	173	160	120	91	189
1892	100	160	–	–	200	200	160	120	114	243
1893	–	120	–	–	215	215	160	120	107	125

Anos	Apanhar azeitona			Ceifar		Enxofrar	Gradar	Mondar		
	Água de Peixes	Palma	Avis	Pedra Alçada	Palma *(f)*	Douro *(g)*	Palma	Água de Peixes	Pedra Alçada	Palma
1894....	–	120	–	240	168	168	180	–	115	200
1895....	–	140	–	197	241	241	140	120	110	134
1896....	–	140	–	172	150	150	160	100	106	169
1897....	–	140	–	196	–	–	160	–	84	128
1898....	–	120	–	197	227	227	180	120	97	193
1899....	–	120	–	–	290	290	160	140	120	260
1900....	–	156	–	–	341	341	161	160	–	277
1901....	–	106	–	–	309	309	160	140	109	245
1902....	–	105	–	–	212	212	–	140	109	191
1903....	–	105	–	–	244	–	174	140	120	211
1904....	–	–	–	–	237	–	160	140	120	151
1905....	–	–	–	–	213	–	135	120	113	195
1906....	–	–	–	–	276	–	143	120	104	120
1907....	–	–	–	–	241	–	148	120	100	129
1908....	–	–	–	–	235	–	175	–	105	228
1909....	–	–	–	–	152	–	140	120	–	221
1910....	–	97	–	–	179	–	160	120	–	204
1911....	–	115	–	–	250	–	203	130	–	138
1912....	–	99	–	–	–	–	164	–	–	138
1913....	–	94	–	–	248	–	159	140	–	163

Salários industriais masculinos

Salários médios diários (em réis)

[QUADRO N.º 4.3]

Anos	Artes	Carpinteiros			Fundição	Minas	Obras públicas	Pedreiros			Serralheiros
	Coimbra *(i)*	Aveiro	Bragança	Porto	Lisboa *(j)*	S. Domingos *(k)*	Leiria *(l)*	A.P/P.ª *(m)*	S. Domingos	Porto	S. Domingos *(n)*
1850....	267	–	–	–	452	–	114	–	–	246	–
1851....	271	–	–	–	452	–	132	–	–	240	–
1852....	269	–	–	–	452	–	129	–	–	247	–
1853....	265	–	–	–	452	–	123	–	–	249	–
1854....	268	–	–	–	427	–	144	–	–	247	–
1855....	270	–	–	–	427	–	171	–	–	249	–
1856....	270	–	–	–	427	–	157	–	–	240	–
1857....	286	–	–	–	440	–	163	–	–	280	–
1858....	277	–	–	–	448	–	174	–	–	286	–
1859....	293	–	–	–	448	–	166	–	–	294	–
1860....	292	–	–	–	448	–	164	–	–	290	–
1861....	290	–	–	–	448	–	160	–	–	308	–
1862....	302	320	360	300	448	–	204	–	–	310	–
1863....	315	400	360	300	448	–	190	–	–	298	–
1864....	316	360	360	320	423	–	197	–	–	319	–
1865....	317	320	360	320	513	–	183	–	–	324	–

Anos	Artes	Carpinteiros			Fundição	Minas	Obras públicas	Pedreiros			Serralheiros
	Coimbra (i)	Aveiro	Bragança	Porto	Lisboa (j)	S. Domingos (k)	Leiria (l)	A.P/P.ª (m)	S. Domingos	Porto	S. Domingos (n)
1866 . . .	310	320	360	360	513	–	185	–	–	312	–
1867 . . .	314	320	360	360	513	400	173	–	480	310	498
1868 . . .	309	320	360	360	513	351	163	–	466	300	494
1869 . . .	308	320	360	360	513	344	150	400	432	290	461
1870 . . .	298	320	360	360	513	319	140	400	422	292	542
1871 . . .	304	340	360	360	513	333	150	400	418	297	580
1872 . . .	–	–	–	–	513	337	–	400	442	310	614
1873 . . .	–	–	–	–	513	365	193	400	499	330	657
1874 . . .	–	–	–	–	513	383	180	400	490	368	703
1875 . . .	–	–	–	–	513	369	192	440	494	372	780
1876 . . .	–	–	–	–	513	326	200	440	494	396	774
1877 . . .	–	–	–	–	513	337	224	440	494	397	775
1878 . . .	–	–	–	–	513	325	233	440	384	400	705
1879 . . .	–	–	–	–	513	318	187	440	379	374	670
1880 . . .	–	–	–	–	513	306	204	440	427	374	674
1881 . . .	–	–	–	–	513	297	200	440	480	373	667
1882 . . .	–	–	–	–	513	–	200	440	–	375	–
1883 . . .	–	–	–	–	513	–	265	440	–	371	–
1884 . . .	–	–	–	–	513	–	193	440	–	361	–
1885 . . .	–	–	–	–	513	–	285	440	–	350	–
1886 . . .	–	–	–	–	513	–	277	440	–	377	–
1887 . . .	–	–	–	–	513	–	266	440	–	360	–
1888 . . .	–	–	–	–	513	–	272	440	–	360	–
1889 . . .	–	–	–	–	513	–	251	440	–	363	–
1890 . . .	–	–	–	–	513	–	253	440	–	368	–
1891 . . .	–	–	–	–	513	–	247	440	–	370	–
1892 . . .	–	–	–	–	513	–	300	440	–	336	–
1893 . . .	–	–	–	–	513	–	236	440	–	342	–
1894 . . .	–	–	–	–	–	–	229	440	–	347	–
1895 . . .	–	–	–	–	–	–	252	440	–	360	–
1896 . . .	–	–	–	–	–	–	235	440	–	356	–
1897 . . .	–	–	–	–	–	–	245	440	–	356	–
1898 . . .	–	–	–	–	–	–	240	440	–	365	–
1899 . . .	–	–	–	–	–	–	320	440	–	–	–
1900 . . .	–	–	–	–	–	–	316	440	–	–	–
1901 . . .	–	–	–	–	–	–	–	440	–	–	–
1902 . . .	–	–	–	–	–	–	–	440	–	–	–
1903 . . .	–	–	–	–	–	–	–	440	–	–	–
1904 . . .	–	–	–	–	–	–	–	460	–	–	–
1905 . . .	–	–	–	–	–	–	–	460	–	–	–
1906 . . .	–	–	–	–	–	–	–	460	–	–	–
1907 . . .	–	–	–	–	–	–	–	500	–	–	–
1908 . . .	–	–	–	–	–	–	–	500	–	–	–
1909 . . .	–	–	–	–	–	–	–	500	–	–	–
1910 . . .	–	–	–	–	–	–	–	530	–	–	–
1911 . . .	–	–	–	–	–	–	–	550	–	–	–
1912 . . .	–	–	–	–	–	–	–	550	–	–	–
1913 . . .	–	–	–	–	–	–	–	550	–	–	–

Salários industriais masculinos

Salários médios diários (em réis)

[QUADRO N.º 4.4]

Anos	1.ª Circunscrição *(o)*								
	Cerâmica	Chapelaria	Conservas	Curtumes	Moagem	Tabacos	Tecelagem		
							Algodão	Lã	Seda
1905	360	550	500	450	450	800	500	500	600
1906	380	600	500	500	450	1036	450	500	600
1907	380	600	500	500	450	400	450	500	600
1908	380	600	500	520	450	1036	450	600	600
1909	380	517	380	425	357		433	–	–
1910	380	–	–	–	–	–	–	–	–
1911	380	510	380	–	400	630	420	–	–
1912	–	–	–	–	–	–	–	–	–
1913	380	–	–	–	–	–	–	–	–

NOTAS

(a) Em Palma compreende ceifar trigo e arroz. Os salários da ceifa de arroz são, regra geral, bastante mais baixos (entre 2% e 47%).

(b) Foice e moeira.

(c) Os salários mais baixos correspondem aos anos em que o trabalho foi executado essencialmente por «moços».

(d) Trata-se, fundamentalmente, de limpezas de montado.

(e) Compreende mondar trigo e arroz. Contrariamente à ceifa, a monda de arroz é sempre mais bem paga. Os salários da monda de arroz são, regra geral, cerca de 33% mais elevados.

(f) Compreende ceifar trigo e arroz. Tal como no caso dos homens, os valores mais elevados correspondem aos anos em que existem dados para a ceifa de trigo, mais bem paga do que a de arroz. Os salários da ceifa de arroz são, em média, 10,6% mais baixos do que os da ceifa de trigo.

(g) Enxofrar.

(h) Compreende mondar trigo e arroz. Os valores mais baixos correspondem aos anos em que não existem dados para a monda de arroz, que é bastante mais bem paga. Os salários da monda de arroz são, em média, 85,7% superiores aos da monda de trigo.

(i) Artes mecânicas.

(j) Fundição do ouro e da prata da Casa da Moeda.

(k) Mineiros e safreiros das Minas de São Domingos.

(l) Obras públicas.

(m) Herdades de Água de Peixes e de Palma.

(n) Serralheiros das Minas de São Domingos.

(o) A 1.ª Circunscrição dos Serviços Técnicos da Indústria compreende os distritos do Porto, Braga, Viana do Castelo, Bragança e Vila Real.